

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Henrique Mazzutti Alves

IMPÉRIO ROMANO E O CRISTIANISMO:
UM ESTUDO SOBRE OS USOS DA
RELIGIÃO NO CAMPO POLÍTICO

Passo Fundo

2019

Henrique Mazzutti Alves

**IMPÉRIO ROMANO E O CRISTIANISMO:
UM ESTUDO SOBRE OS USOS DA
RELIGIÃO NO CAMPO POLÍTICO**

Monografia apresentada ao curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Artes e Comunicação da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Publicidade e Propaganda, sob a orientação da Professora Me. Bruna de Oliveira Bortolini.

Passo Fundo

2019

Dedido a todos os deuses renegados e
condenados ao ostracismo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Universidade de Passo Fundo por ser um mecanismo de transformação na vida das pessoas e não tão distante gratifico a todos os professores que contribuíram para a formação e desenvolvimento de meu conhecimento, em especial a minha orientadora Me. Bruna de Oliveira Bortolini que se mostrou uma grande intelectual e parceira na construção deste projeto.

Agradeço ainda a meus familiares por me darem suporte, mas também por terem me desafiado a buscar coisas novas. Ao longo desta etapa também estiveram presentes, me encorajaram e me apoiaram meus amigos, particularmente, Eduarda Cardozo, Mariana Baciquetto, Jordana Wustro, Djennyfer Jung, Luana Santos e Gisele Baggio. Não posso esquecer de agradecer a Matheus Medeiros, que assim como o sol, iluminou meus dias neste semestre. E por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

RESUMO

O presente trabalho constitui-se num estudo analítico das estratégias que o Império Romano utilizou para adequar o Cristianismo como crença oficial, em sua fase de transição religiosa, no século IV. Para tanto, avalia aspectos socioculturais, religiosos, econômicos e político-institucionais da época, relacionados à propaganda, ou em outras palavras, a transmissão de uma ideia. A metodologia utilizada fundamenta-se no método dialético histórico a partir de pesquisa bibliográfica. A investigação revelou algumas estratégias adotadas pelo Império, tais como a divinização do imperador, a reprodução de sua imagem e a centralização da família, as quais foram de suma importância para a colaboração da expansão da religião pelo mundo e foram posteriormente, de forma secularizada, adotadas pela comunicação como estratégias de marketing.

Palavras-Chave: Império Romano; Cristianismo; Família

ABSTRACT

The present project is an analytical study of the strategies that the Roman Empire used to adapt Christianity as your official belief, in the phase of religious transition in the 4th century a.C.. For this, sociocultural, religious, economic and political-institutional aspects of the time are analyzed, related to propaganda, or in other words, the transmission of an idea. The methodology used is based on the historical dialectical method based on bibliographic research. The survey revealed some strategies adopted by the Empire, the divinization of the emperor, the reproduction of his image and the centralization of the family, it is also of paramount importance to collaboration of the expansion of religion around the world and were subsequently, secularized, adopted by communication as marketing strategies.

Keywords: Roman Empire; Christianity; Family

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	IMPÉRIO ROMANO: O FUNDADOR DO PENSAMENTO OCIDENTAL.....	11
	2.1 As constantes transformações do Estado romano.....	11
	2.2 A família e o cotidiano romano	13
	2.3 O desenvolvimento da religiosidade romana	15
	2.4 O Imperador	18
3	CRISTIANISMO: A SIMPLIFICAÇÃO QUE CONQUISTOU UM IMPÉRIO	20
	3.1 Origem, perseguições e expansão	20
	3.2 A cristianização do Império Romano	23
	3.3 Destruição dos cultos pagãos	25
	3.3.1 Apropriação de templos e cultos pagãos.....	25
	3.3.2 O mal puro	27
4	O MATRIMÔNIO DE QUASE DOIS MILÊNIOS: INFLUÊNCIAS ROMANAS NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO.....	29
	4.1 Um deus no céu e um imperador na terra	31
	4.2 A comunhão do Estado com a família e o poder do patriarcado	40
5	CONCLUSÃO.....	46
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico visa compreender as estratégias que o Império Romano utilizou para adequar o Cristianismo como sua religião oficial no século IV, e como esse acontecimento moldou a forma do discurso político da época, a qual passara a trazer elementos religiosos como forma de persuasão. Ainda se pretendeu perceber como esses elementos estão presentes na promoção de discursos políticos nos dias atuais, ainda que os mesmos tenham passado, em algumas culturas, pelo processo de secularização.

O cristianismo se tornou a religião oficial do Império Romano no ano 380 por ordem do imperador Teodósio I, através de uma medida concebida em lei que ficou conhecida como Édito de Tessalônica. Antes disso, os cristãos foram, durante muito tempo, impopulares em Roma por não adorarem o imperador e sim outro tipo de rei – Jesus -, o que era encarado como um ato subversivo. Mais que um ato de compaixão, a estratégia do Estado de utilizar a religião ao seu favor se vinculava ao fato de que o mesmo estava perdendo seu poder de discurso, com a crescente simpatia do Cristianismo entre os mais comuns. Tal aspecto, portanto, fez com que o Império, estrategicamente, utilizasse elementos simbólicos da religião para reconquistar seu poder de voz entre os povos transformando seus novos discursos em belas campanhas políticas.

Levando em consideração os elementos já citados, expandem-se questionamentos como: Quais as principais estratégias utilizadas pelo Império para tornar a religião Cristã oficial? De que modo essas estratégias foram efetivadas? Como, hoje, essas estratégias são utilizadas nas campanhas políticas e, consequentemente, também na propaganda?

Um dos aspectos a serem debatidos com a conversão do Império à fé cristã, foi que a igreja começou a desempenhar um novo papel, a sacralização do Estado, com base nisso, o imperador viria a ser o representante de deus na Terra, o novo Moisés. Também se identifica a reprodução da imagem do imperador que na época se dava por meio de estatuas e pinturas. Aspectos que no contexto das campanhas políticas atuais se encontram presentes, primeiro no modo como o político tende a ser considerado um salvador, um novo messias que vai ter os poderes para transformar

o contexto que o pertence. Segundo, porque há uma grande disseminação da imagem de sua pessoa, como por exemplo, o material gráfico, vulgarmente chamado de santinho, reflexo de uma prática cristã apropriada pelos candidatos afim de propagarem suas promessas de campanha.

O debate sobre religião, muitas vezes, é deixado de lado pela comunidade acadêmica, porém é de extrema relevância estudar seu percurso histórico, pois ele permite o entendimento de vários padrões atuais desde o âmbito estético até a política, como já citado. Teoricamente, se teve um distanciamento da política e da religião, porém simbolicamente ambos estão conectados de forma intrínseca no presente, no entanto de maneira mais sutil do que anteriormente.

Desta forma, esse acontecimento motiva a existência deste trabalho de conclusão de curso, a religião é um tema que nos fornece boas referências para compreendermos o contexto sociocultural em que vivemos, conhecimento de grande importância para estudantes e teóricos da comunicação. Entender as intersecções religiosas e políticas é fundamental para desenvolver um pensamento crítico tão necessário neste segmento. Com um estudo histórico é possível compreender a sutileza dos discursos políticos que em sua base continuam influenciados por elementos simbólicos da religião. Pode-se dizer que as sociedades mais civilizadas, hoje, são laicas, mas na prática encontram-se diversos pontos em que essa afirmação entra em conflito.

Para a realização desta pesquisa empregou-se a metodologia dialético-histórica a partir do estudo bibliográfico. Deste modo, para melhor compreensão do trabalho o mesmo está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *Império Romano: o fundador do pensamento ocidental*, serão abordados os conceitos relacionados à contextualização daquele que viria a ser a maior civilização da história ocidental, a saber, o Império Romano. Sobrevivendo durante cinco séculos teve seu começo por volta de 27 a.C. e terminou em 476 d.C. expandindo-se em volta do mar Mediterrâneo na Europa, África e Ásia. Nesse capítulo ainda serão tratados assuntos como a família romana, suas relações e o cotidiano na Roma Antiga, a construção do Estado, caracterizado por uma forma de governo autocrática liderada por um imperador e por extensas possessões territoriais e não tão distante, o desenvolvimento da religiosidade romana que esteve sempre em constante transformação, ela que era marcada pela mescla de conceitos

absorvidos de outros povos. Durante os séculos que perdurou, passara de uma civilização politeísta, onde se adorava muitos deuses e faziam cultos aos seus antepassados, para uma religião de profecia, o Cristianismo.

No segundo capítulo, *Cristianismo: a simplificação que conquistou um Império*, trata-se de elementos referentes à sua fundação e ao seu processo de desenvolvimento, que na sua origem nasceu como um movimento dos mais simples que enfatizava a igualdade perante os homens. Ainda pretende-se envolver um histórico sobre as perseguições e torturas, as quais os adeptos desse novo culto sofriam e não menos importante, sua expansão após a transposição de liberdade de culto dentro do Império. As religiões, em especial o cristianismo, são grandes produtoras de ideias que foram e são disseminadas com uma grande rapidez, sendo anexadas à cultura e ligadas à política das sociedades. Relembrando, o cristianismo nasceu como uma religião de profecia, condenando o Império Romano e tornou-se, após a adesão do mesmo, uma religião do Estado, beneficiando-se também disso para sua propagação ao redor do mundo. De fato, o cristianismo viria a ser responsável por uma nova maneira de vida.

No terceiro e último capítulo, *O matrimônio de quase dois milênios: influências romanas no contexto sociopolítico*, delimita-se o tema no que tange as questões relacionadas à cristianização do Império. Essas, por sua vez, são divididas em estratégias que foram abordadas para uma melhor orientação dos processos de transição dentro do próprio Estado Romano, como por exemplo, a divinização do imperador, a reprodução da imagem do imperador em imagens e demais símbolos e a participação da moral familiar nos discursos, principalmente no que tange o sistema patriarcal que hoje estão vinculados nas campanhas de marketing político. Estas estratégias são analisadas a partir de uma ótica que observa que com o declínio do poderio estatal do Império, os líderes se apropriaram do cristianismo, que no momento vinha conquistando a simpatia do povo, para enriquecer a manifestação política com as influências da Igreja. Alguns imperadores começaram a ser vistos quase como entidades religiosas na terra e isso revela uma adesão de rituais religiosos utilizados como estratégia política. Por consequência a religião, ao aderir a essa transição também acaba, juntamente com o Império, tomando força e se instalando como uma das mais fortes e importantes religiões ocidentais. O capítulo ainda tem como proposta mostrar como hoje, mesmo com a secularização e com o distanciamento do estado

da religião, principalmente em países ocidentais como o Brasil, elementos sutis e simbólicos da própria religião, que fizeram parte das estratégias anteriormente utilizadas pelo Império Romano, permanecem vinculados aos personagens políticos e esses ainda tendem a trazê-las em suas campanhas.

2 IMPÉRIO ROMANO: O FUNDADOR DO PENSAMENTO OCIDENTAL

Em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica será fundamental para o pleno conhecimento dos assuntos abordados, este trabalho tem como base tal tipo de pesquisa e, conforme Fonseca (2002, p.32), existe pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Qualquer trabalho científico tem sua base em uma pesquisa bibliográfica. Ela permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Para tanto, utilizou-se do método dialético que para Lakatos e Marconi “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (1992, p. 106) embasando seu procedimento no domínio histórico.

Tal metodologia nos permite falar sobre aquela que é considerada a maior civilização da história ocidental, o Império Romano, atualizando suas estratégias de persuasão política, pautada em elementos religiosos, de forma a promover um diálogo frutífero com aspectos do presente vinculados à publicidade e propaganda. Sendo por essa razão, importante ainda destacar que por o trabalho se constituir numa análise interpretativa de referenciais teóricos, pautada no método histórico-dialético, os exemplos das campanhas de personagens políticos brasileiros utilizados no terceiro capítulo desse estudo, para ilustrar o modo como as estratégias romanas são ainda utilizadas no contexto político atual, não implicam em uma análise de caso.

Para tanto, no capítulo que se segue iniciaremos com elementos referentes à construção do Estado, à constituição da família, ao desenvolvimento da religiosidade, bem como princípios que a eles se interseccionam.

2.1 As constantes transformações do Estado Romano

De acordo com Mello e Costa (2005), o direito na Roma antiga foi dividido de acordo com a evolução histórica das formas de administração política. Sendo assim,

cronologicamente, os períodos são o Período da Monarquia (753 – 509 a.C), Período da República (509 – 27 a.C), Período do Principado (27 a.C – 285 d.C) e por fim, Período do Baixo Império (285 – 585 d.C).

Conforme Hadas (1969, p. 79), Augusto, que esteve no poder de 63 a.C. à 14 d.C. provocou mudanças em todos os setores de Roma, sem excetuar nenhum. E a maior transformação se deu na estrutura do Estado Romano. Após o reinado de Augusto, o poder dos imperadores se fortaleceu. No 2º século d.C., os territórios conquistados estavam na paz. Roma ofereceu defesa ao Império e as províncias estavam prosperando. Por outro lado, a cidadania começou a ser dada a um número crescente de provinciais (MURIEL, 2011, p.24).

Deixou ao povo um papel político extremamente limitado, sendo intolerante a oposição pública. Controlou em suma exércitos e dirigiu com pulso de ferro os negócios do Estado, aproveitando ao máximo seu enorme poder de patrocínio (HADAS, 1969, p. 79). Era a ditadura. Augusto, porém, teve tino suficiente para envolvê-la na toga da tradição restaurando a República se não na prática pelo menos na forma (HADAS, 1969, p. 79).

O primeiro século depois de Cristo oferece vantajosa perspectiva para se observar como viviam os romanos e as forças que dirigiam suas ações e seus valores. Quase todas as informações encontradas sobre esse período, descrevem as classes mais altas, às quais pertenciam, em sua maioria, os cronistas da vida social (HADAS, 1969, p. 85). Embora todos os cidadãos romanos fossem iguais perante a lei, havia entre eles profundas diferenciações sociais. A educação do romano, seu casamento, o serviço militar, a sua carreira até mesmo os ornatos de suas roupas refletiam-lhe a condição social. Distinções de classes eram, por vezes, eliminadas ou reformuladas através dos séculos, mas as barreiras sempre permaneciam (HADAS, 1969, p. 85).

Formando a classe mais alta, figuravam, por efeito de hereditariedade, os detentores dos cargos administrativos, os antigos patrícios, mais uns poucos plebeus influentes. Seguiam-se os equestres, ou mais propriamente os cavaleiros que eram na maioria comerciantes. Os plebeus juntamente com os homens livres, escravos libertos que não tinham plenos direitos à cidadania constituíam o terceiro grupo, sendo a maior parcela da população (HADAS, 1969, p. 85).

A família era a unidade básica de Roma; os romanos davam grande importância ao parentesco. “Na primeira república, o chefe da casa, ou *pater familias*,

exercia uma autoridade legal que era como um direito de posse sôbre [sic] todos os membros de sua grei” (HADAS, 1969, p. 85). Séculos depois, seus poderes autoritários ainda eram reconhecidos, embora raramente usados. Para expor a situação, o chefe ainda tinha o direito legal de punir com a morte qualquer membro de sua família, porém quando adentrava ao primeiro século da era cristã, o mesmo ficaria chocado só de pensar em fazer algo do gênero (HADAS, 1969, p. 85).

2.2 A família e o cotidiano romano

A comunhão entre famílias e o patriarcado remete à origem do termo "família", procedente do vocábulo latino *famulus*, que significa "escravo doméstico" (NOGUEIRA, 2018). O conceito de união estabelecido a partir desse momento consolidou-se enquanto instituição na Roma Antiga, tornando-se um pilar da formação de toda estrutura social da humanidade. A família romana era centralizada na figura masculina, enquanto que as mulheres assumiam um papel secundário, assim como afirma Xavier:

O patriarca tinha sob seu poder a mulher, os filhos, os escravos e os vassalos, além do direito de vida e de morte sobre todos eles. A autoridade do *pater familiae* sobre os filhos prevalecia até mesmo sobre a autoridade do Estado e duraria até a morte do patriarca, que poderia, inclusive, transformar seu filho em escravo e vendê-lo (XAVIER, 1998 apud NOGUEIRA, 2018).

Para os romanos, a base familiar era a fundação de toda organização social, ou seja, os familiares não eram somente o pai, a mãe e os filhos, faziam parte dela também a própria casa, os escravos e até mesmo os animais da propriedade. Com uma construção social pautada num sistema patriarcal, o pai exercia domínio sobre a mulher, filhos, escravos e animais, tendo direito de decretar o destino dos recém-nascidos, ou seja, o fato de nascer não necessariamente significava que a criança seria aceita pela família (SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p.2-3). De outro lado, no que diz respeito à morte, os familiares já falecidos recebiam grandes benesses, eles eram considerados criaturas sagradas, quer dizer, para as famílias romanas seus antepassados eram seus próprios deuses e seus túmulos eram os templos destas

divindades (COULANGES, 2009, p. 52).

A família antiga não era dotada unicamente da geração ou parentesco, por exemplo, a irmã não representava na família o que o irmão figurava; o filho emancipado, ou a filha casada, deixavam de pertencer a mesma. Tampouco era a afeição natural o princípio da família, o que os uniam era algo mais grandioso que a concepção, que a afeição, que a força física: era a religião (COULANGES, 2009, p. 52). O Estado, pelo menos até a época clássica, não interferia senão esporadicamente na família e a sua jurisdição era paralela à jurisdição doméstica. A unidade política correspondia à unidade doméstica: a casa bastava-se economicamente (MATOS, 2000).

Segundo Funari (1993 apud SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p. 4), para as mulheres o casamento era quase que um rito de passagem no qual sua vida passava do controle de seu pai para o domínio de seu marido. A moça recém-casada tinha como dever fundamental o cuidado com a casa, sua rotina era pautada em um tipo de reclusão doméstica onde suas tarefas eram direcionadas ao marido e aos filhos. Por este motivo, as mulheres comuns dentro de Roma passaram por um momento de grande apreço estético, visto que passavam boa parte do dia também se dedicando a penteados, maquiagens e belos trajes (FUNARI, 1993 apud SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p. 4). Entretanto, com a exaustão de um sistema patriarcal, os casamentos passaram a não ser tão desejados, com isto, o Estado acabou incentivando uma série de medidas legislativas para penalizar os habitantes solteiros (MONGELÓS et al., 2011, p. 2-5). Por outro lado, os divórcios eram destinados quase que exclusivamente a mulheres que eram consideradas inférteis, visto que a sociedade também era pautada na perpetuação da família (MONGELÓS et al., 2011, p.2-5).

Utilitarismo e Moralismo eram as fundações da educação romana, estas estruturadas entre a disciplina e a justiça. Conforme Sampaio e Venturini:

Este estudo era dado na escola do "gramático", que seguia algumas fases; ditado de fragmento do texto, memorização deste, tradução da prosa em verso, expressão da mesma idéia [sic] em diversas construções, análise das palavras e frases e composição literária. A sociedade romana era composta de grandes proprietários: patrícios, grandes proprietários e plebeus, pequenos proprietários, que eram excluídos do poder, do direito ao voto. Um nobre romano deveria aprender coisas sobre a agricultura, a guerra e a política. Aos poucos a camada aristocrática cede lugar a pequenos comerciantes, artesãos e para uma pequena classe de burocratas (2007, p. 5).

As meninas nesse cenário eram submetidas a uma educação básica ordinária,

visto que as mesmas eram instruídas apenas para exercerem o papel de esposas e, conseqüentemente, mães como foi mencionado anteriormente. Entretanto, alguns relatos apresentam algumas mulheres ocupando cargos influentes dentro do Império. Outros discorrem sobre mulheres que tiveram uma participação ativa em torno da vida política e estiveram à frente lucrativos negócios. Porém, em registros, foram poucas as que conseguiram romper as barreiras do patriarcado e mesmo assim com dificuldade de serem reconhecidas como protagonistas reais da vida social (MONGELÓS et al., 2011 p. 2-5).

2.3 O desenvolvimento da religiosidade romana

De acordo com Momigliano “a Roma monárquica vivia sob a influência da cultura etrusca, e esta assimilou uma imensa quantidade de divindades do panteão grego” (1991, p. 18 apud SOARES, 2011, p.28). Um fato logo nos chama a atenção: a ausência de uma mitologia própria, fora aquela posteriormente importada da Grécia.

As antigas crenças de Roma tinham por objeto os antepassados e por principal símbolo, o lar. Esse, por sua vez, acabou por moldar a noção de família e estabeleceu as primeiras leis. No entanto, teve também influência de uma outra religião, aquela do Olimpo helênico. A primeira tirava seus deuses da alma humana; a segunda, da natureza. O homem dos primeiros tempos estava continuamente em presença da natureza. Seu olhar encantava-se com essas belezas ou se deslumbrava com sua grandeza (COULANGES, 2009, p. 136-137).

As interações culturais entre o Império Romano e o Mundo Helenístico apresentaram aos romanos uma diversidade cultural e religiosa muito intensa e sensações religiosas diferentes das quais os cidadãos de Roma estavam acostumados (SOARES, 2011, p.40).

Porém, é essencial perceber o paganismo romano com suas permanências e transformações, “um fato logo nos chama a atenção: a ausência de uma mitologia própria, fora aquela posteriormente importada da Grécia” (PINTO, 1997 p.344). “Os deuses romanos parecem espectros de burocratas cumpridores de suas funções, sendo desprovidos daquele *modus operandi* tão humano que fez a fama de seus

colegas gregos” (PINTO, 1997, p. 344). A religião tinha muitas faces e atendia muitos nomes, cada novo povo que os romanos entravam em contato, através de conquistas ou do comércio, parecia acrescentar algo ao panteão romano (SHERRARD, 1970, p. 129).

Durante o século IV a.C., as relações estabelecidas entre Roma e as demais cidades da Península Itálica se tornaram cada vez mais comuns, o que deixou marcas profundas na religiosidade romana, houve uma miscigenação ou até mesmo uma hibridização de várias divindades estrangeiras de influências etruscas e gregas, a fim de melhor organizar e individualizar as divindades (GRENIER, 1961, p. 87 apud SOARES, 2011, p.28).

Porém, é de extrema importância analisar o paganismo romano em uma dimensão diacrônica, ou seja, de acordo com seu desenvolvimento e com a carga de transformações. Em síntese encontra-se uma ausência de uma mitologia própria, posteriormente importada da Grécia como afirma Pinto ao dizer que “os deuses romanos parecem espectros de burocratas cumpridores de suas funções, sendo desprovidos daquele *modus operandi* tão humano que fez a fama de seus colegas gregos” (1997, p. 344). Roma nunca conheceu nenhuma reflexão mitológica sobre seus deuses, ou se, possuindo-a, já a havia perdido na época dos testemunhos literários (PINTO, 1997, p. 344).

“Desde a primeira hora de vida, quando era deitado aos pés do pai para o cerimonial da aceitação, o romano vivia num mundo de ordem e de rituais” (HADAS, 1969, p. 85). E enquanto Roma passava de uma pequena cidade-estado a um vasto império, seu povo mantinha quase inalterados velhos costumes e cerimoniais (HADAS, 1969, p. 85). Porém, através da comparação dos ritos romanos com outros existentes no mundo indo-europeu, principalmente com os da Índia védica, se verificou que eles seguiam uma ordem, cuja lógica só é possível de compreensão dentro da sequência narrativa de uma mitologia (DUMÉZIL, 1966, p.67 apud PINTO, 1997, p.344).

Dentre os muitos cultos pertencentes ao paganismo romano, o ritual aos mortos tinha um importante papel na religião doméstica. A família tinha o dever de enterrar dignamente seus entes queridos, essa obrigação se regulamentava e se impunha a todos pelo poder público (PINTO, 1997, p. 344). Nesse sentido, se encontram duas crenças na qual moldava a prática funerária romana: purificação em primeiro lugar,

visto que a morte traria poluição e, todavia, deixar um morto sem um sepultamento traria efeitos maléficos para a alma do morto (PINTO, 1997, p. 344).

Em segundo, o fato de que a existência do que transcendia a morte, não era muito diferente daquela que já se vivia. A ideia é que o indivíduo permanecia e continuava a viver sob a mesma terra. Também se acreditava que a alma se mantinha associada ao corpo, portanto os ritos de sepultamento deixavam claro que no sepulcro ainda permanecia uma entidade viva. “Era costume, ao término da cerimônia fúnebre, chamar três vezes a alma do morto pelo nome que ele tivera. Desejavam-lhe que vivesse feliz sob a terra. Três vezes lhe diziam: fique bem” (COULANGES, 2009, p. 24-25).

Como afirma Montanelli (1998 apud SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p.3), a religiosidade visava mais que aperfeiçoar um indivíduo, ela pretendia disciplinar, porém essa virtude não estava pautada na generosidade, mas sim no cumprimento das liturgias cerimoniais que tornavam sua vida um rito, exigindo que respeitasse certas regras e participasse das cerimônias.

Todas as suas orações eram voltadas à consecução de fins práticos e imediatos. Dirigia-se a Abeona para que lhe ensinasse a dar os primeiros passos, a Fabulina para aprender a pronunciar as primeiras palavras, a Pomona para que lhe fizesse crescer bem as peras no jardim, a Saturno para que o ajudasse a semear, a Ceres para que lhe permitisse colher, a Estérculo para que as vacas no curral dessem bastante esterco (MONTANELLI, 1998, p.72 apud SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p. 3).

Com a chegada do cristianismo ao Império, a perspectiva de compreender o Homem se transformou. Como afirma Kuchenbecker “a vida humana não é mais entendida sob a perspectiva do cosmo, da natureza, mas sob as relações entre Deus e a humanidade” (2004, p. 20). É importante destacar que o trajeto cristão se beneficiou de um contexto histórico e geográfico privilegiado. O império se beneficiava de uma íntima rede de relações humanas, as quais permitiam que os homens e as ideias fossem transmitidas e se espalhassem rapidamente e, facilitadas também pela segurança das estradas e pela atividade dos portos.

2.4 O imperador

A relação dos imperadores abrange mais de 500 anos da história de Roma. “O governo de Caio Júlio César Otaviano, primeiro e maior dos imperadores, durou 41 anos e foi longamente lembrado com uma Idade de Ouro” (HADAS, 1969, p.73). Os romanos chamavam-no de Augusto, que significa “o venerado”, e os provincianos saudavam-no como a um deus. Filho adotivo de Júlio Cesar, Augusto lutou para chegar ao poder, eliminando os líderes da antiga República. Detentor do poder, Augusto reorganizou o governo romano de forma tão brilhante que resistiu a imperadores menos hábeis durante os quatro séculos que se seguiram (HADAS, 1969, p.73).

Ele trouxe ao novo Império uma era de paz e, a fim de assegurar a estabilidade interna, impôs regras que atingiram setores tão díspares quanto o do casamento e o da localização dos mercados. Durante as quatro décadas de seu governo, modificou a face da cidade, dando-lhe, entre outras coisas, novos templos, basílicas, termas e um novo e imenso aqueduto. Essas construções, porém, eram apenas os sinais exteriores de suas mudanças (HADAS, 1969, p. 79).

Posteriormente a morte de Galério em 311, o poder imperial foi disputado por quatro homens: Constantino, Maximino Daia, Maxêncio e Licínio, o confronto era inevitável, conforme Carlan “Licínio e Maximino se enfrentavam no Oriente, enquanto Constantino e Maxêncio, no Ocidente. Em um primeiro momento, Licínio e Maximino fizeram um acordo” (2009, p.28). Dois anos depois, Licínio casou-se com a meia-irmã de Constantino, Flávia Júlia Constantina, por razões políticas, confronta Maximino Daia, derrotando-o no mesmo ano. Enfim, o Oriente voltou a ter um único senhor fazendo com que um novo acordo fosse estabelecido entre Constantino e Licínio (CARLAN, 2009, p.28). Em 313, já como senhor do Ocidente, Constantino assinou o Edito de Milão, com Licínio, senhor do Oriente (CARLAN, 2009, p.28). Após alguns enfrentamentos iniciais, firmaram a paz em Sérдика, no ano de 317. Durante esse período, o próprio Senado Romano, por causa do aumento dos impostos, pediu a Constantino que invadisse Roma, expulsando Maxêncio, embora o exército de Constantino fosse muito inferior ao de Maxêncio, o poder como comandante militar de Constantino era superior ao seu oponente (CARLAN, 2009, p.28).

Constantino restaurou a ordem interna e escolheu uma nova capital, Bizâncio, que foi maravilhosamente reconstruída e que levou o nome de Constantinopla. Em 395, para garantir que as fronteiras fossem mais bem defendidas, o imperador Teodósio decidiu compartilhar o Império entre seus dois filhos: assim nasce o Império Romano Oriental e o Império Romano Ocidental Constantinopla e Ravenna, respectivamente, como capitais (MURIEL, 2011, p.24)

A aceitação do cristianismo por parte de Constantino produziu uma alteração na condição do Imperador que governava Bizâncio. Embora o trono imperial conservasse a magnificência que o tinha cercado na época dos predecessores de Constantino – as prerrogativas cerimoniais de imperadores que como Dioclesiano tinham governado o Império Romano como deuses – os soberanos do novo Império cristão eram agora considerados não como divinos em si mesmos, mas apenas como os principais representantes de Cristo e do próprio Deus (SHERRARD, 1970, p. 75).

Tem sido costume geral entre os historiadores descrever Constantino como um político sagaz e cético, que percebeu na aliança com os cristãos um benefício para a causa imperial (RUNCIMAN, 1977, p.14). O Império Romano foi certamente assediado por problemas constitucionais e militares, sociais e econômicos, os quais criaram um clima de desesperança e medo que os agravava Imperadores preexistentes há muito buscavam uma força moral que unisse e inspirasse seus súditos. A perseguição a seitas como a dos cristãos fora parte de uma política que tinha em mente a união moral (RUNCIMAN, 1977, p.14).

3 CRISTIANISMO: A SIMPLIFICAÇÃO QUE CONQUISTOU UM IMPÉRIO

O cristianismo surge como mais uma dentre as várias tendências interpretativas da tradição judaica e, por isso, nesta primeira fase, deve ser entendido como mais uma seita ou ramificação do judaísmo (CROSSAN, 2004, p. 16-17 apud SILVA; LIMA, 2011). Conforme Cooney, o Judaísmo foi a primeira religião a subverter as percepções das pessoas sobre os deuses e provavelmente a primeira a identificar um mal puro em seus ensinamentos (OUT OF EGYPT, 2009). Porém a partir do Cristianismo, a perspectiva de entender o Homem foi transformada, “a vida humana não é mais entendida sobe a perspectiva do cosmo, da natureza, mas sob as relações entre Deus e a humanidade” (KUCHENBECKER, 2004, p. 20).

3.1 Origem, perseguições e expansão

O legado que deu origem ao cristianismo teve início com a morte de Jesus de Nazaré. Conforme Salomão (2014), essa tradição foi obra, especialmente, dos primeiros apóstolos, que tiveram a missão de disseminar o novo conceito de fé. Nesse sentido, destaca-se o nome de dois importantes detentores da mensagem do cristianismo: Pedro - o responsável pela fundação da igreja - e Paulo, que aproximou a religião dos povos não cristãos, ou seja, deu um sentido universal ao novo culto transformando a cultura e descaracterizando o privilégio de um povo supostamente eleito por Deus.

O que deu credibilidade ao que Jesus transmitia foi a convicção de seus discípulos de que a vida não terminava com a morte, isto é, a fé na ressurreição, a qual “era comum em todos os primeiros discípulos, e foi o ponto decisivo na conversão de Paulo” (KUCHENBECKER, 2004, p. 75). Posteriormente, o silêncio da História recaí sobre a atividade de seus discípulos e missionários itinerantes anônimos, a mensagem seria transmitida de forma oral por mercadores, viajantes, transportadores, escravos libertos judeus helenizados e gentios convertidos que passaram a seguir Cristo (KUCHENBECKER, 2004, p. 83).

Kuchenbecker (2004, p. 83) ainda ressalta que a disseminação da ideia cristã se favoreceu de um contexto geográfico e histórico privilegiado, as atividades dos portos, uma pequena rede de contatos, juntamente com a segurança das estradas permitiram que os indivíduos se locomovessem e espalhassem as ideias com rapidez. Porém ao chegar ao centro do Império, o cristianismo começou a representar uma ameaça aos romanos mais tradicionais, ainda mais por trazer a ideia do monoteísmo considerada uma ofensa ao amplo panteão romano (OUT OF EGYPT, 2009).

Como tal, o cristianismo foi considerado criminoso e foi punido duramente. No primeiro século de sua expansão, as províncias que envolviam a área do mediterrâneo estavam sob a tutela de Roma, o império tinha como missão suprimir as instituições locais para preservar os costumes tradicionais (OUT OF EGYPT, 2009). Entretanto, a estratégia de tentar controlar o novo culto acabou por fortalecer ainda mais o Cristianismo. Aqueles que se identificavam com a fé, uniam-se, na certeza da salvação, desta forma, permitiam o martírio sem hesitação (SALOMÃO, 2014). Conforme Boni (2019), a tradição dizia que os milhares de mártires foram executados por ordens válidas em todo o império, e emanadas do imperador.

Com o avanço do cristianismo, em meio a diversas tentativas de resistência contra a fé que se disseminava, um incêndio em Roma, na noite de 18 para 19 e julho de 64 d.C., devastou cerca de três quartos da cidade e só seria controlado seis dias depois. A opinião pública começou a responsabilizar o acontecimento a Nero. Acusado, o imperador procurou possíveis culpados e encontrou nos cristãos sua chance de sair do centro do problema, esse foi um lance certo visto que o povo mal os conhecia, tendo-os por misantropos, ateus e homens dados a ritos orgíacos (KUCHENBECKER, 2004 p. 85).

Cerca de trinta dias depois, acontecera o circo de Nero, onde multidões de cristãos foram transformados em tochas vivas, iluminando os jogos e as orgias (HURLBUT, 1979). Hoje, a área onde mártires foram sacrificados se ergue a basílica de São Pedro, residência do sumo-pontífice católico-romano, e a basílica de São Pedro, o maior edifício da religião cristã.

Quase meio século depois, em 110, as execuções se ampliaram quando o Estado transforma o culto cristão em um crime, essa fase perdura por um século (SHERRARD, 1970, p. 17). Conforme Dreher (2004), a decisão que seguia o problema não era a fé dos cristãos em aspectos religiosos, mas sim de maneira política, os

adeptos do novo culto eram considerados infiéis ao Estado visto que renegavam os protocolos tradicionais. Os cristãos não se distinguiam dos outros homens por nenhum detalhe exterior; eles participavam inteiramente da vida da cidade. Mas, também, por outro lado, seus chefes exigiam que eles reagissem com força aos hábitos pagãos – luxo da moda, bebedeiras, espetáculos obscenos ou cruéis, corrupção, violência, etc. Seu “manual” de moral e ética era o Evangelho, que instruía as relações cotidianas (KUCHENBECKER, 2004, p. 87).

Anos depois, entre 225 e 235, uma bandeira branca é erguida aos adeptos: o direito ao culto (SHERRARD, 1970, p. 17). Porém quando Maximiano subiu no poder entre os anos de 235 e 238 foi responsável pela morte de muitos cristãos (OLIVEIRA, 1985 apud CASTOLDI, 2014, p.41). Sherrard (1970), ainda ressalta que nesse período as punições tomaram novas formas e passaram a atingir os clérigos como propagadores da fé. Uma década depois, uma campanha contra os cristãos, ordenada pelo Imperador Décio é instaurada em todo o Império, tal perseguição perdurou durante os 10 anos seguintes. Maximiano tinha como missão destruir o cristianismo. Oliveira (1985 apud CASTOLDI, 2014, p.41) afirma que a perseguição do Imperador aos cristãos se estendeu por todo império, e foi muito violenta. Populações foram devastadas sob as mais cruéis torturas, em Roma, norte da África, Egito e Ásia Menor.

Sherrard (1970, p.17) comenta que após diversos conflitos, Galiano permite aos fiéis viverem em paz, inaugurando uma segunda trégua que marca a fase entre 260 a 303, porém nos oito anos posteriores, incêndios de igrejas marcaram a última das grandes campanhas anticristãs. Por fim, em 311, o Edito de Galério dá aos cristãos o direito de praticarem a religião e reconstruírem as igrejas sem serem perseguidos. No entanto, o “Edito de Galério”, em suma, não fez mais que incluir o Deus dos cristãos no panteão das divindades que contemplavam o Império Romano, fato que acabou por fundar as bases para as relações que esta religião construiu com o poder imperial, no decorrer do século IV, durante e após o governo de Constantino I (SILVA, 2011, p. 39).

A hierarquia dentro da igreja a partir desse período começa então a se configurar de maneira perigosa e secular, “na cúpula, figuravam: o bispo (supervisor nos tempos dos gnósticos), designado pelo povo; abaixo dele, os padres e diáconos ordenados pelo bispo; os acólitos; os leitores; os exorcistas; os porteiros; os agentes auxiliares” (KUCHENBECKER, 2004, p. 87). Com o desenvolvimento desse novo culto

e em meio à crise sócio-política que o Império sofria uma aliança representou a fórmula para que o poder fosse reestabelecido pelos líderes romanos.

3.2 A cristianização do Império Romano

No terceiro século depois após o nascimento de Cristo, o Império Romano estava em crise. Sofria ataques externos e passava por divisões internas sendo preciso, um revolucionário soldado para reunificar o império (I, CAESAR, 2008). Ele o fez em nome de um único deus e mudou o curso da história. Chamado Constantino, ele viu na nova doutrina uma forma de consolidar ainda mais seu poder (I, CAESAR, 2008).

Devido à complexidade dos cultos politeístas em meio a pessoas tão comuns havia uma demanda enorme por novas religiões que pudessem dar respostas simples às pessoas muito carentes. Neste ponto, entravam promessas de vida após a morte, ressurreição ou vida eterna, era uma fé mais compacta, “havia apenas dois caminhos a seguir, havia o deus verdadeiro e sua antítese, o Demônio. Ou você [...] [era] um Cristão ou você [...] [era] do mal” (OUT OF EGYPT, 2009).

Aqui é interessante ressaltar que um dos principais procedimentos de combinação de figuras ou temas estudados pela retórica clássica dentro da análise de discurso, vem a ser a antítese. Fiorin (2000) descreve que ela é o estabelecimento de oposições figurativas ou temáticas num contexto narrativo, segundo essa perspectiva, “o enunciador pode combinar figuras ou temas do discurso de tal maneira que [...] [chame a] atenção do enunciatário para determinados aspectos da realidade que descreve ou explica” (FIORIN, 2000). No entanto, deve-se frisar que os elementos semânticos apenas podem ser antagônicos quando tiverem algum traço de similaridade (FIORIN, 2000).

Mas, retomando a questão anterior, é válido ressaltar que, nesse momento, era difícil para o Império manter a postura repressiva sobre uma parcela cada vez mais significativa da população. Conforme Runciman, “acolher os cristãos, cuja religião era essencialmente exclusiva, significava uma revolução na política” (1977). Estima-se que na época do Edito de Milão em 313, quando foram concedidas aos cristãos

completa liberdade de culto e situação legalizada, o número de adeptos da religião não excedia um sétimo da população do Império (RUNCIMAN, 1977, p.14).

“O principal questionamento da autenticidade espiritual da conversão de Constantino é o fato de que o ato acarretava uma série de benefícios políticos, ou no mínimo tinha potencial de ocasioná-los” (CASTOLD, 2014). Para Dreher, o imperador tinha a ambição e a meta de ser o único governante do Império, e provavelmente via na Igreja cristã uma possível aliada para concluir esse plano, visto que ela certamente estaria pronta a apoiar um imperador que prezasse por ela (DREHER, 2004 apud CASTOLD, 2014). Dessa forma, “Constantino sabia que para um único estado e um único Imperador serem legítimos aos olhos do povo, para o Imperador ser visto como tendo a proteção dos Céus o cristianismo teria que atingir o coração império” (I, CAESAR, 2008). Então Constantino, assim como outros militares, associou o deus cristão ao deus pagão Sol, e fez do domingo o dia do Sol, um feriado público (I, CAESAR, 2008).

Porém, foi necessária a autoridade de Teodósio (379-395) para que, num edito assinado em Tessalônica, todos os povos dentro do Império fossem ordenados “a aderir à fé transmitida aos romanos pelos apóstolos, à fé professada pelo pontífice Dâmaco e pelo bispo de Alexandria, ou seja, o reconhecimento da santa Trindade do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (KUCHENBECKER, 2004, p. 97). O catolicismo ortodoxo tornava-se a religião oficial de todo o mundo romano. Teodósio avançou ainda mais na missão de concentrar o império em uma única fé: destruiu o velho politeísmo romano e, ao mesmo tempo, beneficiou o cristianismo com múltiplos privilégios fiscais e judiciários (KUCHENBECKER, 2004, p. 97).

O cristianismo deu um passo importante em se tornar a religião do Império Romano. Ao mesmo tempo, os bispos e o Papa, em Roma, enviavam monges e pessoas religiosas para o interior para converter a população ao cristianismo. Parte desse processo era assustar as pessoas dizendo que os deuses que eles vinham adorando eram demônios, associados ao Diabo (OUT OF EGYPT, 2009). No século IV d.C., a hibridização do poder do Cristianismo e do Império Romano havia disseminado esse sistema de crenças por todo o mediterrâneo. As pessoas eram fiéis ou inimigas, acreditavam no Império e na Igreja ou eram servas do demônio (OUT OF EGYPT, 2009). Assim como afirma Fiorin “nas narrativas mais conservadoras, o bem é sempre premiado e o mal, punido” (2000, p. 23) e isso se aproxima da fase de

sanção da diegese que para o autor pode se transformar num jogo de máscaras: segredos tendem a ser revelados e as mentiras expostas. “É, nesse ponto da narrativa, por exemplo, que os falsos heróis são desmascarados e os verdadeiros reconhecidos” (FIORIN, 2000, p. 31).

3.3 Destruição dos cultos pagãos

Uma das principais marcas da conversão do império foi a dissolução da tradição politeísta. Os primeiros representantes do Estado na era Cristã não tinham como objetivo o extermínio dos cultos que até então eram reverenciados, porém o auxílio do governo foi se dissolvendo, a população podia ter sua fé, porém ela não era mais uma característica do governo, perdendo aos poucos sua relevância. Com a hibridização dos poderes da Igreja Cristã juntamente com o império, o apoio aos pagãos foi totalmente abolido e nesse ponto houve uma reviravolta: aqueles que outrora foram perseguidos por terem uma fé diferente do império acuararam da mesma forma aqueles que professavam a fé precedente.

3.3.1 Apropriação de templos e cultos pagãos

O Império Romano Tardio e a história que a cerca dever ser caracterizada, primeiramente, pela frequência e pelo alto nível de violência nas cidades, provocada especialmente pelo envolvimento apaixonado das “massas” nas disputas religiosas da época (MACMULLEN, 1990 apud OLIVEIRA, 2008, p. 168). Em 391 d.C, Teodósio põe o paganismo na ilegalidade, acabando com práticas que vinham desde a fundação de Roma, 1200 antes (O PODER DE JESUS, 2011). Com essa proclamação, o deus cristão substituiu a profusão de deuses romanos, deixando a devoção pagã no passado. Os templos pagãos foram fechados, convertidos em igrejas ou destruídos, os jogos olímpicos solvidos, sacrifícios proibidos, todos os símbolos de paganismo banidos, oráculos são silenciados e até mesmo a leitura de

textos do gênero foi proibida (OUT OF EGYPT, 2009).

Santo reforça que “para que um novo mundo se implantasse, era indispensável proceder a destruição dos fundamentos da religião Romana, e a sua substituição por uma concepção nova” (2015, p., p. 322). Em cima de um discurso baseado em de um Deus único e soberano e de um certo teísmo de origem filosófica Paulo disse aos romanos, na epístola que ele escrevera, “mudaram a majestade de Deus incorruptível em status de um homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis” (*Rom.* 1,23 apud SANTO, 2015, p. 322). Com a intensificação de conflitos provocados pelas perseguições, essa máxima de Paulo foi tida como justificativa, senão como o lema de um longo período de destruição de templos e imagens pagãs (SANTO, 2015, p. 322-323).

Os últimos traços das antigas tradições romanas são cuidadosamente refeitos para garantir a união perfeita da Igreja e do Estado e ao mesmo tempo evitando a alienação dos cidadãos nascidos e criados pagãos (OUT OF EGYPT, 2009). Como aponta MacMuller “a partir do momento em que os chefes da Igreja cristã começaram a ser recrutados entre as elites urbanas” (1990 apud OLIVEIRA, 2008, p. 168), a violência urbana acabou por atingir níveis nunca antes vistos, isso foi propiciado pela mescla dos líderes que estavam concentrados entre uma fé exclusiva e também disposições combativas de sua classe (MACMULLEN, 1990 apud OLIVEIRA, 2008, p. 169). A população que já estava predisposta a ser comandada estaria naturalmente predisposta a aceitar a autoridade dos bispos, portanto, a responsabilidade pela violência religiosa naquele período estava diretamente ligada às lideranças cristãs. Desse modo, os pagãos assumem um papel de completa defensiva e seus ataques surgem apenas em resposta aos confrontos cristãos (MACMULLEN, 1990 apud OLIVEIRA, 2008, p. 169).

O cristianismo foi absorvido pelo império de tal forma que eles se transformaram em um só, assim no final do século IV Jesus viria a ser representado, não mais como um profano, mas sim como um imperador romano. “[...] O cristianismo se fantasiou de seu anfitrião, um Estado Romano autoritário, a doutrina e o imaginário cristão tinham irreversivelmente se fundido com o reino romano” (OUT OF EGYPT, 2009). As imagens pagãs acabaram por ser entendidas como símbolos além de representações ocas e vazias, elas significavam habitáculos dos Ídolos considerados pelos cristãos, não como divindades inertes, mas como demônios que estavam

presentes. O cristianismo poderia muito bem ter sido um dos muitos cultos do Império Romano, é claro que a religião que foi inaugurada condenando o Estado romano, se tornaria, pouco tempo depois, um dos grandes poderes mundiais com o patrocínio daquele que o renegara (OUT OF EGYPT, 2009).

3.3.2 O mal puro

Pela primeira vez na história, acreditava-se que um mal puro tentava a fé dos humanos. Os fiéis do culto cristão viam suas vidas como um caminho dualístico, ou o indivíduo era cristão e venera o Deus onipotente ou ele era do mal (OUT OF EGYPT, 2009). “Satanás tinha assim saído dos quatro primeiros séculos do cristianismo com um singular estatuto: ele existia efetivamente, mas não se sabia verdadeiramente quem ele era nem por que é que tinha nascido” (MESSADIÉ, 2001, p. 345 apud ALMEIDA, 2010, p. 4-5). Aqueles que não fossem corrompidos por Satã e suas crenças pagãs encontrariam, após a morte, luz, amor e perfeição (OUT OF EGYPT, 2009).

Atualmente não se cogita a oferta de indivíduos humanos a seres celestiais, porém na antiguidade esse recurso era complexamente difundido, muitas vezes se executavam homens, mulheres e crianças para apaziguar a fúria dos deuses, mas mesmo assim os deuses não eram considerados completamente maus. As religiões da antiguidade eram marcadas principalmente pela presença de deuses e deusas ambivalentes, portanto, a figura do Diabo era inexistente. A religião romana era desprovida de misticismo, ela era baseada em suma por um conjunto de princípios morais ligados a ética do Estado (RODRIGUES, 2014, apud MESSADIÉ, 2001, p 171-173). A hibridização dos poderes do cristianismo e do império tornou a figura do Diabo uma característica central para manter a burocracia por trás das crenças anteriores, o fato de existir um mal puro tornava o discurso político/religioso muito mais persuasivo aquelas pessoas mais simples dentro do império.

Conforme Rodrigues “a ascensão do Cristianismo, e sua conseqüente difusão pelo mundo, elevou a figura arquetípica do Diabo por diversas regiões do mundo” (apud MESSADIÉ, 2001, p 171-173). Os antigos deuses, considerados pagãos,

tomaram formas demoníacas, e o processo de criação do diabo foi sendo desenvolvido e posteriormente recebendo elementos desses deuses para a construção da imagem do demônio moderno. O foco desse trabalho não se encontra na Idade Média, porém é importante ressaltar que foi nesse período que ocorreu a maior difusão da figura do Diabo, ele foi amplamente disseminado principalmente pela perseguição às 'bruxas' e a outros grupos "desvirtuados" da palavra de deus, condenados inocentemente queimados e torturados pela Inquisição (RODRIGUES, 2014, apud MESSADIÉ, 2001, p 171-173).

A representação experimentou sua sistematização e unificação por meio dos teólogos dos séculos XII-XIII, contraindo os detalhes que o marcaram em toda a época moderna (ALMEIDA, 2010, p. 3). O autor ainda explana que:

[...] vivenciou o auge na sociedade européia [sic] nos séculos XIV-XVI através dos artistas renascentistas, foi enfrentado pela luz da razão e, conseqüentemente [sic], enfraquecido pelos filósofos e cientistas da época do Iluminismo nos séculos XVII-XVIII, resgatado pelos poetas e escritores românticos dos séculos XVIII- XIX e, finalmente, apropriado, distorcido e fragmentado pela Indústria Cultural no século XX (ALMEIDA, 2010, p. 3).

A figura do Diabo passou por constantes transformações, em dados momentos ele se apresenta como terrível e temido nos afrescos das igrejas e nas telas dos artistas renascentistas, de outro lado, ele é representado e submetido através de ironias e personificado com à mentalidade dos burgueses na era romântica, tornando-se reflexo de uma sociedade contrária às ideologias da Idade Média (ALMEIDA, 2010, p. 4). Posteriormente, no século XX o Diabo começa a ser encontrado nas telas dos cinemas, nos jogos de videogame, na publicidade, nas letras das músicas, na Internet e nas histórias em quadrinhos, transformando essa figura deixando sua carga ideológica de lado, banalizando-a enquanto mercadoria para as sociedades de consumo (ALMEIDA, 2010, p. 4).

4 O MATRIMÔNIO DE QUASE DOIS MILÊNIOS: INFLUÊNCIAS ROMANAS NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO

A notoriedade do Império Romano influenciou de tal forma a cultura que nos dias atuais, principalmente no ocidente, alguns traços do mesmo ainda se fazem vigentes em diversos âmbitos da sociedade, principalmente no campo político que vem a ser o foco trazido por este capítulo. Talvez a mais presente influência para muitos países é o idioma que representa a base da cultura. No Brasil, a língua portuguesa herdada através da colonização, é uma das várias rupturas daquela falada em Roma: o latim. Também são derivados do latim o espanhol, o francês, o romeno e o italiano, idiomas esses dos países que viriam a adotar o cristianismo católico com mais intensidade, outrora os de origens diferentes acabaram por aderir ao protestantismo com mais facilidade.

O fato é que o mundo Ocidental é herdeiro direto da civilização romana, os nomes próprios, denominações científicas de plantas e animais, termos jurídicos, até mesmo os planetas do sistema solar e provérbios que fazem referência ao Império Romano. Como exemplo destacam-se as seguintes expressões muito utilizadas em nossa cultura: “todos os caminhos levam a Roma”, “em Roma faça como os romanos”, “quem tem boca vai a Roma” e “Roma não se fez num dia” (BEZERRA, 2017). É importante destacar ainda que uma das maiores heranças foi a constituição da família e a forma de patriarcado que temos nos dias atuais, este que pautou, decisivamente, a vida dos homens e mulheres, distinguindo os papéis de ambos gêneros dentro da sociedade.

E ao falar de sociedade, pode-se lembrar que na construção dos mais antigos impérios e não tão distante na formação das sociedades-estados se encontra junto à expansão da política dessas civilizações a autoridade legítima que vinha muitas vezes atrelada ao endosso de poderes divinos, deliberados pelos representantes da religião do contexto empregado (IKEDA; WILSON, 1984, p. 90-93). A narrativa que cerca as liberdades de aspectos culturais como religião e política, é uma combinação de conflitos e acordos que conseqüentemente impactaram as decisões das pessoas (GUIDA, 2017).

Ao analisar uma linha cronológica da história das civilizações pode-se

encontrar, com certa frequência, sumos sacerdotes providos de poder divino coroando imperadores, validando os títulos que assumiam, amparando as batalhas que eles enfrentavam endossando status divino a todas as atividades exercidas pelo governador (IKEDA; WILSON, 1984, p. 90-93). Nas monarquias não seria diferente, figurativamente os líderes políticos dão continuidade a esse padrão de comportamento, o descontentamento dos reis com os meros cargos de poder faria com que os mesmos buscassem na esfera religiosa a oportunidade de multiplicar a persuasão de seu discurso, tornando até mesmo reconhecível uma tendência política de deificação de reis seculares (IKEDA; WILSON, 1984, p. 90-93).

Conforme Guida, “apenas uma visão ingênua ou excessivamente laicizada refutaria o modo entrelaçado com que religiosidade e política se misturam” (2017), são muitos os exemplos nos quais se encontram intersecções entre crenças religiosas e posicionamentos políticos. É claro que em séculos recentes, a associação entre as agências religiosa e política enfraqueceu-se, a voz do povo em termos substituiu a voz de deus como fonte de legitimidade para os chefes de Estados modernos (IKEDA; WILSON, 1984, p. 90-93). Contudo, Rotterdam (2018) comenta que o aparato legal parece não garantir que esse reconhecimento, de fato, aconteça. Ainda reforça que as religiões, se pegarmos o exemplo do cristianismo no Brasil, “tentam, por meio de seus fiéis ou mesmo líderes religiosos, impor como leis e políticas de Estado convicções que são parte de seu corpo dogmático e moral” (ROTTERDAN, 2018). O que, por via de regra, agride o artigo V, inciso 6º da Constituição de 1988, que garante a liberdade de crença e pensamento da população (ROTTERDAN, 2018).

Guida (2017), menciona que todo indivíduo, seja qual for sua religião ou até mesmo aquele que não segue uma determinada fé, está inserido num plano social e cultural estruturado fundamentalmente pelas religiões, mas não tão distante, pelo debate público marcado pelo quadro político. Ainda comenta que a população quando é instada a ter participação em um plebiscito tende a relacioná-lo junto aos confrontos de sua vida, crenças próprias e a responsabilidade da manifestação pública (GUIDA, 2017). Num contexto mais próximo, Rotterdam complementa que “a justificativa é de que existe uma maioria de pessoas de crença cristã e que a democracia nada mais é do que a maioria se impor sobre a minoria” (2018).

É importante lembrar, que no Brasil, uma das principais marcas culturais é o catolicismo. Conforme Oliveira, “até fins do século XIX, a Igreja Católica era a única

instituição religiosa reconhecida oficialmente” (2011). Ainda reforça que a religião era protegida pelo Estado para realizar sua expansão institucional e a atuante na legitimação da colonização portuguesa (OLIVEIRA, 2011). No mundo moderno, “são muito poucos os países em que as instituições do Estado, ou os políticos que nele exercem autoridade, precisam do tipo de legitimação que, outrora, constituía importante função da religião lhes conceder” (IKEDA; WILSON, 1984, p. 90-93). De outro lado, Rotterdan (2018) comenta que a política, muitas vezes, passa a ser uma serva da religião, não tão raro encontram-se líderes religiosos colocando-se acima da constituição, para validar seu poder político e, conseqüentemente, legislar sobre os corpos e a moral. Em outras palavras, buscam a construção de uma nação onde o poder não esteja concentrado no povo e sim nos pastores, padres e bispos (ROTTERDAN, 2018).

4.1 Um deus no céu e um imperador na terra

Na fase em que Roma era república, o Estado romano aceitava as religiões das nações que dominavam. Quando houve a instauração do império, “o governante assumiu o título não só de sumo pontífice, mas até de divino” (GRINGS, 2011). No princípio, o senado apenas deificava os imperadores já falecidos. Conforme Duarte e Duarte, “o culto público ao imperador foi regulamentado por Augusto, que governou o Império Romano entre 27 a.C. e 14 d.C” (1999, p. 78). Porém, em alguns casos o imperador morto não era agraciado com as benesses do culto póstumo. Ressaltando que foram quatorze imperadores divinizados entre os impérios de Augusto e Caracala (PRICE, 1987 apud SILVA; MENDES, 2006). Sendo que após César e Augusto, Cláudio foi o primeiro a se tornar divindade, sendo Tibério e Caio excluídos, como também o foram Nero e Domiciliano (SILVA; MENDES, 2006).

É importante ressaltar que o imperador resgatou o clero romano, composto por um corpo de quinze sacerdotes chamados *flâmines*: três flâmines coordenavam a liturgia do culto a Júpiter, Marte e Quirino, as três deidades principais de Roma, os demais eram responsáveis pelos deuses menores (LAGO, 2019). O autor ainda menciona que nesse ponto, “o senado passou a ter poderes para

realizar *apoteoses* (vocábulo de origem grega que significa “fazer um deus”) e alçar imperadores mortos ao posto de deuses de Estado” (LAGO, 2019). Os representantes dos mais altos comandos estatais eram destinados a serem flâmines dos imperadores deificados. De acordo com o historiador Antonio Carlos do Amaral Azevedo (2002), esse culto, em última análise, era uma manifestação de lealdade ao império, respectivamente, uma ferramenta de alta significação política e religiosa, “esse título, *augustus*, torna a função imperial inseparável da sacralidade. Conduzido ao poder por ser divinizado, o imperador não precisa justificar qualquer dos seus atos ou de suas decisões” (AZEVEDO, 2002 apud LAGO, 2019). “Assim, o culto ao imperador se estabeleceu como uma forma plena de concentração de poder e dominação política” (LAGO, 2019).

Aqueles imperadores que sucedessem os mortos eram considerados da linhagem divina, muitas vezes chamados dos filhos dos deuses, representantes dos antepassados. Contudo, os poderes religiosos de César Augusto aumentaram consideravelmente no decorrer de sua regência, passando de um representante à um semideus. Como Lago (2019) menciona que no ano de 23 a.C., César recebeu poder de tribuno e, quatro anos depois, autoridade para proferir os códigos morais do Império. Depois de uma ampla influência e transformação nas bases do Estado, em 12 a.C. tornou-se pontífice máximo, tomando mão do controle das práticas religiosas. Dez anos depois, César Augusto viria a receber o título de pai da pátria.

Assim como Duarte e Duarte (1999, p. 78) comentam, a cerimônia de deificação do imperador em Roma era introduzida a partir da incineração ou sepultamento do soberano. Ainda, em um segundo momento, o sucessor declarava o imperador falecido ao panteão dos deuses romanos, esse ritual era seguido pelo voo de uma águia que atingia o céu. O povo romano considerava que com essa liturgia, o governante assumia um papel de um deus imortal que regia sobre o futuro governo. Duarte e Duarte ainda também salientam que “se em Roma a deificação do imperador só era estabelecida após a sua morte, nas províncias, os imperadores começavam a ser cultuados ainda em vida” (1999, p. 78), embora não como deuses. Assim, como destacado por Guerra “sabe-se que imperador já experimentava uma prévia de sua deificação nas cerimônias de triunfo após as batalhas, essas funcionavam como uma espécie de pré-divinização” (2013, p. 5).

Iniciada uma transformação no campo político-religioso, alguns imperadores começaram a ser vistos quase como entidades religiosas na terra e isso revela uma adesão de rituais religiosos utilizados como estratégia política. Depois de alguns imperadores postos a adoração, Calígula tornava-se o primeiro imperador a se afirmar como um deus vivo, criando uma aura espiritual envolvida entre Estado e a religião que proporcionou a sequência do culto imperial em rituais, edifícios, altares e textos dentro das cidades e provinciais (LAGO, 2019).

Assim comenta Grings sobre o fato da deificação dos líderes políticos dentro das civilizações:

Diz-se que o poder sobe para a cabeça. Por isso os reis e os imperadores eram coroados. Com o passar dos tempos, tanto reis como imperadores começaram a arrogar-se direitos e poderes cada vez maiores, até chegar ao divino. Entre os judeus eram os “ungidos de Deus”. Mas, entre outros povos, eles próprios se proclamavam Deus. Conseqüentemente eliminavam os “outros” deuses. Queriam ser únicos. Exigiam culto de latria, ou seja, adoração por parte dos súditos (2011).

A religião dentro da cidade romana tomou forma de patriotismo, portanto o império nunca abandonou o laço com a mesma. É fato que o Estado estava vinculado ao panteão dos deuses e cabia ao temor a estas divindades ser a base da vida familiar mais comum, até mesmo a justificativa para qualquer atividade política (BORNECQUE, 1976 apud GUERRA, 2013, p. 4).

Retomando, Grings reforça que “mesmo que alguns reis e imperadores tivessem a pretensão de ser Deus, o povo não via neles senão um símbolo da divindade” (2011). Numa visão do sistema simbólico da religião, Guerra considera que “a divinização do imperador romano estava baseada: nos mitos de Hercules e Eneias, responsáveis por ligar sua figura humana a uma dimensão sagrada” (2013, p. 4). A reprodução desses ícones juntamente com o culto de deificação que envolvia seus símbolos exclusivos afirmava o protagonismo do imperador no panteão dos deuses (GUERRA, 2013, p. 4-5). O fato é que quando o imperador morria, o poder divino era transmitido ao sucessor, logo, a morte representava a falência da representação do poder, o intérprete não passava de um símbolo, visto que era o cargo pelo qual representava o domínio (GRINGS, 2011).

A propaganda inicial do cristianismo muito deveu ao mito escatológico

“Igualmente as novas propagandas políticas têm haurido inspiração em uma mitologia de libertação e de salvação, ligada, contudo, ao instinto de potência e de luta - mitologia ao mesmo tempo guerreira e revolucionária” (DOMENACH, 2001, p. 9). Nesse âmbito a palavra "mito" atribui-se ao que o autor Sorel explica "os homens que participam dos grandes movimentos sociais veem sua própria ação sob a forma de imagens de batalhas asseguradoras do triunfo de suas causas. Proponho o nome de mito a essas idealizações" (SOREL, 1998 apud DOMENACH, 2001, p. 9). Esses são simbólicos e “tocam no mais profundo do inconsciente humano, constituem representações ideais e irracionais ligadas à luta; exercem sobre as massas poderosa influência dinamogênica e coesiva” (DOMENACH, 2001, p. 9).

Sendo assim, a metodologia abordada pelo Cristianismo, conforme o que afirma Macedo (2018) é transferida para a política e acaba por trazer à tona semideuses que emergem soberanos, únicos seres capazes de trazer a salvação ao povo. O autor ainda explana que:

Há momentos de avanço e refluxo desse movimento no continente. O peronismo e o varguismo parecem ser seu auge. O chavismo venezuelano é outro momento importante da divinização do homem político. E em 2018 o Brasil não tem um, mas dois exímios representantes desse modo de se fazer política tão propriamente nosso: Lula e Bolsonaro. Mas é inegável que Lula e Bolsonaro se encontram em altares. O que dizem não se questiona. Qualquer atrocidade que cometam será prontamente esquecida. O que quer que façam estará correto. Lula e Bolsonaro são o caminho, a verdade e a vida (MACEDO, 2018).

Muitas vezes, na política atual – em nosso caso, a política brasileira – figura-se a imagem do novo messias que será martirizado em nome da salvação do povo, porém esse aspecto é praticamente tratado como um teste cego a cada quatro anos, ou oito. É incessante essa procura e muitas vezes, no meio do caos de um governo, o povo busca por um salvador. Em um cenário não tão distante, “vê-se uma nova modulação da 'guerra dos deuses' que vem pintando a figura de Bolsonaro publica/política com características que passam por Jesus Cristo, martirizado e morto pelo império Romano” (PY, 2019).

Desde as manifestações de 15 de maio de 2019, as esferas representativas de apoio ao presidente Bolsonaro juntamente com o próprio desencadearam uma campanha associando-o a uma imagem com qualidades que casam com a figura de Jesus Cristo, exibindo-o mais uma vez como o novo messias, ungido e eleito pela voz

do povo, que viria a ser a voz de deus (PY, 2019). Py ainda explana sobre essa apresentação e para ele “esse novo jogo promovido pelas lideranças religiosas e da base política do governo é mais um apelo a fim de reagrupar as forças com a intenção de legitimar as medidas ultraliberais e amortecer sua impopularidade” (2019). Por traz de todo culto religioso demonstrado, identifica-se uma estratégia política, não tão distante, encontrada no batismo do então presidente, mas também como vimos na conversão de Constantino ao cristianismo; uma forma de se conectar com os religiosos, purificar todas as ações pecaminosas ocorridas em vida para que se pudesse unificar o governo. Assim “[...] sendo uma forma mais refinada de sensibilizar setores religiosos, que mesmo em tão pouco tempo vinham já se descolando do governo” (PY, 2019). É importante ressaltar o fato que a estratégia é sempre usar a religião em que o contexto mais aclama para que assim seja possível a captação de fiéis e consequentemente eleitores.

Os cristãos mais primitivos sofreram condições agressivas ao baterem de frente com o culto ao imperador. Assim Lago (2019) confirma que a negação à deificação dos líderes políticos foi um dos principais pilares da tradição que começara, com base no preceito de “Então deem a César o que pertence a César, e deem a Deus o que pertence a Deus” os fiéis começaram uma campanha de difamação a forma de governo do império. É importante ressaltar que “além de monoteístas, os cristãos eram exclusivistas, isto é, reivindicavam que todos os deuses eram falsos, exceto o seu” (LAGO, 2019).

Porém dois milênios depois, a mescla do cristianismo com o poder político resultou numa hibridização de uma forma de governo que ainda batalha a duras penas para se emancipar da religião. Tal domínio não rege mais sobre a formalidade, porém nos campos mais subliminares a influência das crenças é bastante abastada e disseminada entre a população. Para compreender esse quadro expectante, pode-se elucidar a partir de um vídeo gravado pelo pastor Steven Kunda, divulgado nas redes do próprio presidente brasileiro atual:

O vídeo do pastor Steven Kunda (congolês radicado na França). No vídeo, o pastor confirma Bolsonaro como enviado divino escolhido para guiar o Brasil: “Aceitando ou não, você, seja de esquerda ou de direita, o senhor Jair Bolsonaro é o Ciro do Brasil. Deus o escolheu para um novo tempo, para uma nova temporada no Brasil, profere o congolês. Para quem não entendeu a referência, o pastor compara Bolsonaro a Ciro, importante rei persa usado

por Deus retirar o povo de Deus do exílio, segundo os textos bíblicos (PY, 2019).

Para esclarecer, Ciro, na teoria teológica clássica foi um instrumento de Deus, ou melhor, ungido pelo senhor, assim como mencionado no Novo Testamento “O Senhor ungiu Ciro como rei. Ele o pegou pela mão direita, e lhe deu poder para conquistar nações, e derrotar reis. Para que Ciro entre nas cidades, o Senhor abre os portões, e ninguém pode fechá-los de novo” (IS 45:1). Py ainda declara “que o termo dado a Ciro, como “ungido por Deus”, no Novo Testamento se traduz como ‘Cristo’, logo outra aproximação messiânica e ligada a Cristo de Bolsonaro” (2019).

Neste ponto é interessante expor o *éthos*. Ele é essencialmente o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais que levam à persuasão, ele se dá no discurso e é organizado de tal forma que o orador inspire confiança. “Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bem, em todas as questões, mas confiamos neles de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos” (I, 1356a apud FIORIN, 2008 p. 139). No entanto, é necessário que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador (I,1356a apud FIORIN, 2008 p. 139). Para contextualizar com mais clareza, Aristóteles, em sua Retórica, cita quais as razões pela qual um orador inspira confiança:

Há três coisas que inspiram confiança no orador, porque há três razões que nos levam à convicção, independentemente das demonstrações. São o bom senso, a prudência, a sabedoria prática (*phrónesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eúnoia*). Os oradores podem afastar-se da verdade por todas essas razões ou por uma dentre elas. Por causa da falta de bom senso, pode não exprimir uma opinião correta; por causa de sua malvadeza, podem, mesmo pensando bem, não expressar aquilo que pensam; mesmo sendo prudentes e honestos, podem não ser benevolentes. Por essas razões, os oradores podem, mesmo conhecendo a melhor solução, não aconselhá-la. Não há nenhum outro caso (II,1378a apud FIORIN, 2008 p. 140).

A moldagem da imagem política para fins de persuasão do povo teve um grande marco com a chegada do imperador Augusto que surgiu no campo monarquista. Boa parte de Roma o apoiava, porém, os republicanos continuavam profundamente desconfiados. Para se livrar das críticas, Augusto necessitava

persuadir os defensores da antiga república de que ele não representava uma ameaça às famílias tradicionais (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005). Isso se tornaria um grande problema para a fixação do poder dentro do estado, sua imagem era representada com cabelos fartos, e feições caracteristicamente modernas, assim como os monarquistas gostavam, entretanto, os republicanos não viam com bons olhos este novo estilo que florescia (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005). Para obter então a adesão dos seus inimigos políticos, Augusto precisou se reinventar e sua imagem acabou por ser moldada, a partir desse momento começou a ser caracterizada com traços mais gentis, cabelos lisos e aparência mais madura, tudo muito menos assustador (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005). Depois de criar essa nova imagem, Augusto fez centenas de cópias para espalhar por todo império e gradativamente conquistou a simpatia dos seus desafetos, assim sendo, Roma estava unificada com o poder da persuasão da arte, tornando o Imperador o herói enviado pelos deuses (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005). Atitude que vai ao encontro de Fiorin (2008, p. 139), quando o mesmo afirma que o caráter de um personagem se constrói a partir das atividades e da forma com que ele que se organiza e discorre sobre os temas de interesse. “O *éthos* então é uma imagem projetada do autor, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito” (FIORIN, 2008 p. 139).

A repaginação da imagem realizada por Augusto para conquistar o povo é encontrada em uma grande maioria de líderes ao longo dos séculos, não tão distante podemos observar esse fenômeno também em campanhas brasileiras, em específico, as de 1989 e 2002. Nelas encontramos o cenário político brasileiro, o qual traz as figuras de Luiz Inácio Lula da Silva, líder do Partido dos Trabalhadores (PT) e Fernando Collor de Mello, do Partido Republicano da Ordem Social (PROS). A estratégia no ano de 1989 procurou construir a imagem de Lula como sendo um candidato do povo que se apresentava enraizado nos sindicatos (ANTONIUTTI, 2004, p. 95). “Lula aparece como o autêntico líder popular, que sempre lutou pelos interesses populares, sem nunca traí-los” (ANTONIUTTI, 2004, p. 95-96). Diferentemente de seu concorrente Collor, que estava muito mais vinculado a uma imagem de autoridade. No entanto, a imagem de autoridade mostrava-se um empecilho ao próprio Collor, situação que levou a assessoria do mesmo a entrar em contato com a imprensa para usar táticas de marketing político nos discursos como forma de favorecê-lo. Na época, sua gravata foi retirada, “suor” a base de glicerina foi

passado em seu rosto e pastas com supostas denúncias contra Lula foram colocadas em sua mesa, sendo essas as maneiras de melhorar sua postura em meio aos telespectadores (OLIVEIRA, 2011). Aspectos que tiveram grande impacto na vitória do então ‘messias de Alagoas’, como ele era conhecido (OLIVEIRA 1992 apud SILVA, 2012 p. 97).

Nessa perspectiva, vemos que a mídia tem o poder de moldar valores, construir consciências e, portanto, formar nossas opiniões (SILVA, 2012 p. 92). No processo da história, a mídia pode influenciar ou até mesmo manipular em partes o curso de uma eleição (FIGUEIREDO, 2000 apud SILVA, 2012 p. 92).

Não por mera coincidência, treze anos depois a imagem política de Lula se transformou e ele surgiu muito mais comedido, com um discurso menos agressivo e uma postura mais formal. “Uma das estratégias fortemente trabalhada na campanha de 2002 foi à associação da imagem do candidato ao político estadista e negociador, preparado para realizar as mudanças que os eleitores tanto desejavam” (GOMES, 1999 apud ANTONIUTTI, 2004 p. 106), isto é, um verdadeiro salvador da pátria. Se em 1989, Lula estava totalmente ligado às necessidades do povo, em 2002 procurou endossar sua candidatura através da participação de empresários, que por meio de depoimentos buscavam desconstruir a imagem de Lula radical, pregador da divisão de classes no país que vinha a ser quase um estereótipo característico de Lula em 1989 (ANTONIUTTI, 2004 p. 95).

Para retomar a contextualização perante o Imperador Augusto, é importante lembrar que quando ascendeu ao poder, ele mostrou-se ainda um mestre da propaganda, durante seu governo de 41 anos, suas estátuas retratam continuamente o rosto de um jovem soberano (SOUZA, 2019). Para Domenach (2001, p. 20), a propaganda se esforça para buscar a simplificação em todos os domínios, para isso é preciso dividir a doutrina e a argumentação em alguns elementos, os elucidando o mais claramente possível. O autor ainda explica que o propagandista tem à disposição uma ampla cartela de fórmulas, que para ele podem ser “manifestos, profissões de fé, programas, declarações, catecismos, os quais, em geral sob a forma afirmativa, enunciam certo número de proposições em texto conciso e claro” (DOMENACH, 2001, p. 20). Augusto usou a fórmula perfeita para manipular o povo, fazendo-o acreditar numa coisa enquanto na verdade era o oposto “tudo construído em cima de uma mentira política” (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005).

É evidente que a história sócio-política ocidental foi marcada pela presença religiosa na esfera governamental, conseqüentemente influenciou os rumos das decisões feitas dentro das nações. (SOUZA,2001, p.11-15 e PIERUCCI, 1996 apud PY; REIS, 2015, p. 136). Mesmo com a secularização, figuras religiosas apareceram no campo político ainda com a redemocratização do Brasil no início da década de 1980, muitas vezes querendo o protagonismo da situação alvitando projetos de leis, retratando as instituições religiosas, e enfim, “discutindo com a sociedade civil e com os outros parlamentares a respeito das medidas que o Brasil deveria adotar para o seu crescimento econômico e social” (SOUZA,2001, p.11-15 e PIERUCCI, 1996 apud PY; REIS, 2015, p. 137).

Atualmente, mesmo com a secularização, os representantes políticos ainda se beneficiam de técnicas muito análogas àquelas desenvolvidas pelos líderes há milhares de anos atrás (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005). Essas práticas buscam a persuasão explorando o mesmo traço humano presente inexoravelmente em todas as culturas, dessa forma, os líderes antigos se apropriavam de pinturas e mármore e os políticos de hoje buscam contornar a população através de papéis e tecnologia digital, portanto, “os indivíduos permanecem tão vulneráveis hoje como sempre estiveram ao persuasivo poder da arte” (A ARTE DA PERSUASÃO, 2005). Hoje, as campanhas eleitorais utilizam estratégias muito mais aprofundadas, isso porque possibilitou-se a reprodução maciça de imagens, então os candidatos conseguem atingir a população com maior raio. Entretanto, atualmente com o acesso a informação, mais pessoas buscam representar os grupos. Para explicar esse fato, é interessante pensar que os tão falados santinhos de papel, entregues presencialmente, ainda prosseguem e devem bancar uma grande parte dos gastos daqueles que tentam porventura ocupar um cargo político (CIPRIANI, 2018). “A aposta na entrega do material pelos panfleteiros é, para os políticos, uma forma de ganhar mais empatia do eleitor, por causa do contato direto” (CIPRIANI, 2018).

Em um ponto de vista das extremidades, os ditadores surgem geralmente com um confronto com a religião que por fim resolve-se a serviço da criação de sua divinização, ou seja, conseqüentemente tornam-se escolhidos pelos deuses para sua missão (ARIAS, 2018). O autor ainda explana que:

Todos eles haviam tido antes uma relação conflituosa com a religião que acabaram instrumentalizando para fortalecer seu poder. Hitler foi ao mesmo tempo cristão e ateu, defensor e perseguidor da fé, conforme sua conveniência. Mussolini era filho de um socialista ateu convicto e de uma mãe religiosa, e terminou, por interesse, tornando-se católico e defendendo a Igreja e o Vaticano. O ditador Franco foi outra personagem ambivalente com a religião, que acabou usando – e abusando– para manter seu poder. Ele foi o grande abençoado pelos papas e saía em procissão sob ornamentos religiosos, acompanhado de bispos e cardeais (ARIAS, 2018).

“As grandes crenças políticas, tal como progrediu o cristianismo, caminham muito através do ‘contágio pelo exemplo’, do contato e da atração pessoal; com efeito, somente assim se implantam profundamente” (DOMENACH, 2001, p. 28). A população abatida e descrente é facilmente atraída por aqueles que lhes parece haver o segredo de uma felicidade genuína e veem nesses indivíduos uma forma de heroísmo, donos de seu futuro (DOMENACH, 2001, p. 28). Segundo o autor “a Igreja Católica sempre fez avançarem juntos seus sacerdotes e seus mosteiros” (2001, p. 28), portanto as religiões políticas do mundo moderno também geraram suas organizações ligadas ao desenvolvimento cultural local, como por exemplo: agrupamentos de elites, escolas, grupo de jovens “não há melhor agente de propaganda que uma comunidade de homens que viva os mesmos princípios em um ambiente de fraternidade” (DOMENACH, 2001 p. 28).

4.2 A comunhão do Estado com a família e o poder do patriarcado

É importante retomar, neste ponto, a base familiar, aquela que fundava toda organização social do Estado Romano e que mesmo com a secularização, se pode encontrar um patriarcalismo fortemente arraigado na sociedade contemporânea. Mesmo com a conquista de direitos no último século, as mulheres ainda encontram situações que remetem o trato familiar romano. É necessário lembrar que a construção social denominou a propriedade privada e a mulher neste jogo tornou-se um mero objeto. Assim como Nogueira comenta

Mesmo com a atual discussão a respeito da proteção a dignidade feminina e busca pela igualdade em todos os aspectos, ainda encontramos indícios, em pequenas atitudes que em primeira análise não parecem ofensivos ou

preconceituosos, mas de fato representam a forte influência do patriarcado na nossa formação como indivíduos (2018).

No primeiro ano depois de Cristo, estava no poder Augusto que já perdurava pelo império há 27 anos, tendo instaurado diversas reformas em todo o esqueleto político e social de Roma (AZEVEDO, 2019). “Uma dessas reformas é conhecida como a ‘reforma moral’ de Augusto, que consistiu basicamente na promulgação de uma legislação que regia sobre as relações matrimoniais e extramatrimoniais” (AZEVEDO, 2019 p. 2), sendo composta por três leis fundamentais: Lei Júlia sobre o adultério, Lei Júlia sobre as ordens matrimoniais e a Lei Papia-Popeia. O autor ainda explana que “as leis representavam um esquema de punição e recompensa com fins de estimular determinados comportamentos individuais relacionados ao casamento e à procriação. Homens e mulheres casados e com filhos eram privilegiados” (AZEVEDO, 2019, p. 3). Para compreensão, pode-se exemplificar este fato através da aceleração de carreira para os homens com mais de três filhos e as mulheres poderiam ser libertas da tutela masculina (AZEVEDO, 2019, p. 3). “Uma das principais novidades da ‘Lei Júlia sobre adultério’ foi a criação de uma corte especial e permanente (*quaestio perpetua*) para o julgamento público, por júri, dos casos de adultério” (AZEVEDO, 2019, p. 10). A lei ganha notoriedade especialmente pelo fato de que o julgamento dos adúlteros não se dá mais através do patriarca da família, mas nesse momento essa responsabilidade passa para uma jurisdição pública (AZEVEDO, 2019, p. 11).

Porém esta transformação não desestruturou o patriarcado da época, para as mulheres da Roma antiga, o matrimônio era quase que um rito de passagem no qual sua vida passava do controle de seu pai para o domínio de seu marido (FUNARI, 1993 apud SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p. 4). “Casamento era algo que não se fazia por amor, mas por manutenção de propriedades e sobrenomes” (KARNAL, 2018). É interessante ressaltar que a simbologia trazida pelo casamento, a noiva é conduzida pelo pai, o seu dono até então, é levada até a frente e entregue a outro homem, o noivo vai sozinho ao encontro dela (KARNAL, 2017). Para contextualizar esse rito de passagem, Aguiar (2019) explica que as noivas usavam trajes brancos, colocavam um véu de linho muito fino, chamado *flammeum*, concluindo com a arrumação do cabelo enfeitando-os com uma grinalda de flores. “As flores, para os romanos, representavam a fertilidade” (AGUIAR, 2019). Avançando um pouco no contexto do

Império, “a benção da fertilidade na Igreja Judaica e Católica é dada sob a mulher já que a infertilidade na bíblia é exclusivamente feminina” (KARNAL, 2017). Portanto, a infertilidade masculina é inexistente no discurso religioso, sendo assim um dos principais motivos para o divórcio (KARNAL, 2017).

A moça recém-casada tinha como dever fundamental o cuidado com a casa, sua rotina era pautada em um tipo de reclusão doméstica onde suas tarefas eram direcionadas ao marido e aos filhos (AZEVEDO, 2019). As leis citadas recentemente no texto eram responsáveis também, por meio da possibilidade de delação por terceiro, culpabilizar os maridos pelas ações das esposas (AZEVEDO, 2019, p. 13). Além disso, reforça que nesse período as mulheres permaneciam sob a vigilância do seu companheiro, determinando, gradativamente, os papéis relacionados ao gênero: “mulheres deveriam permanecer castas ao manter relações sexuais somente com os maridos, e homens deveriam vigiar as mulheres – ambos eram sujeitos à punição” (AZEVEDO, 2019 p. 12-13). “A lei estimula pais e maridos a cumprir funções de vigiar e punir mulheres relacionadas a eles, mas, ao mesmo tempo, limita os modos de punição, além de prescrever constrangimentos aos próprios homens” (AZEVEDO, 2019 p. 13). Uma cena muito presente até o momento, onde as ações da esposa, para o homem, podem manchar a honra, gerando punições outrora jurídicas, porém continuam no campo da integridade física e/ou verbal da mulher.

Basta só recordar a figura da legítima defesa da honra, que justificou, até recentemente, a morte ou a lesão corporal da mulher adúltera. A mulher, quando considerada adúltera, era também desonesta, uma vez que, para a maioria dos autores de Direito Penal, bem como para a jurisprudência majoritária do Brasil, uma mulher que frequentasse mais de um leito não seria considerada honesta. Após inúmeras críticas e alterações legislativas, perdeu força a figura da legítima defesa da honra, que não é mais aceita nem na doutrina nem na jurisprudência e a condição de mulher honesta deixou, no ano de 2005, o Código Penal (MONTENEGRO, 2015, p. 195 apud AZEVEDO, 2019, p. 19-20).

Por este motivo, as mulheres comuns dentro de Roma passaram por um momento de grande apreço estético, visto que passavam boa parte do dia em suas casas se dedicando a família, mas também a penteados, maquiagens e belos trajes (FUNARI, 1993 apud SAMPAIO; VENTURINI, 2007, p. 4). É importante ressaltar que “o surgimento da monogamia pode ser visto como um dos primeiros sinais de divisão de classes” (ENGELS, 1891 p. 70- 71 apud AZEVEDO, 2019 p. 4). Nesse sentido,

afirma que: A primeira incompatibilidade de classes que apareceu na história acontece com o desenvolvimento do antagonismo entre a figura feminina e masculina na monogamia, causando assim uma opressão de classes do âmbito sexo feminino pelo masculino (ENGELS, 1891, p. 70- 71 apud AZEVEDO, 2019 p. 4). Neste campo, se apresenta no cenário brasileiro atual, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves. O pensamento defendido por Damares propõe uma nação patriarcal militarizada, que tem a bíblia como Constituição (VIEIRA, 2019). Em um de seus discursos ela afirmou que se preocupa com a ausência da mulher na casa e ainda acredita que a mulher nasceu para ser mãe e que ideologia de gênero é morte. Assim confirma:

A mulher nasceu para ser mãe. Também, mas ser mãe é o papel mais especial da mulher. A gente precisa entender que a relação dela com o filho é uma relação muito especial. E a mulher tem que estar presente. A minha preocupação é: dá pra [sic] gente ter carreira, brilhar, competir, consertar as bobagens feitas pelos homens. Sem nenhuma guerra, mas a gente conserta algumas. Dá pra [sic] gente ser mãe, mulher e ainda seguir o padrão cristão que foi instituído para as nossas vidas (DAMARES, 2018 apud VIEIRA, 2019).

Com a ascensão do cristianismo, outras facetas foram se naturalizando, “o preceito do velho testamento de que a mulher deve servir ao homem casou-se muito bem com o patriarcalismo romano e pautou o Imaginário medieval europeu” (KARNAL, 2018), espalhando-se para o resto do mundo ocidental. Com o casamento santificado, o aborto acaba se tornando um Tabu mantendo-se velado nos discursos políticos até a atualidade, um mero exemplo se dá através de outro comentário da Ministra Damares em uma reunião com o então presidente da República Bolsonaro, "Se a gravidez é um problema que dura só nove meses, o aborto é um problema que caminha a vida inteira com a mulher" (DAMARES, 2018 apud VIEIRA, 2019). Os filhos se tornam, no plano ideal, cópias das virtudes dos pais, entretanto, o matrimônio “é um sacramento, mas diminui quem o faz: o estado celibatário é tido como superior e melhor” (KARNAL, 2018). Karnal (2018) comenta que o apóstolo Paulo escreveu aos Coríntios a escritura que mais pautou a lógica familiar milênios adentro: "Digo, porém, aos solteiros e as viúvas: é bom que permaneçam como eu. Mas, se não conseguem controlar-se, devem casar-se, pois é melhor casar-se do que ficar ardendo de desejo". “Agostinho, assim como muitos de seus contemporâneos cristãos, tinha horror ao ardor sexual, condenava o sexo fora do casamento, mas recomendava que

mulheres e homens casados dividissem o leito conjugal” (KARNAL, 2018). A Igreja instaurou na cultura uma dualidade feminina, da mesma forma criada entre Deus e Diabo, a mulher começou a ser vista em dois opostos: ou como uma virgem puritana ou como uma adúltera pecaminosa. Um homem sexualmente ativo é chamado positivamente de “tigrão” ou “ganhão”, sendo que a mesma característica quando encontrada na mulher recebe outras palavras, assim como, “piranha” ou “galinha” (KARNAL, 2017). “É concebível na frase, na expressão, que sexualidade é uma honra para o homem e uma mancha para as mulheres” (KARNAL, 2017).

O olhar sobre a sexualidade, sobretudo, o corpo feminino é decisivo, enquanto sobre o corpo masculino não é, “em toda história do Brasil, desde 1889, antes ainda no Império, os homens, na sua imensa maioria, pelo tipo e a idade que assumiam o cargo estavam homens fora de forma” (KARNAL, 2017). Os presidentes da República homens, historicamente e raramente, se encontraram em porte atlético, pouquíssimos deles eram vagamente esportivos (KARNAL, 2017). De outro lado, a primeira vez que um corpo de um presidente entrou no debate público, foi de uma mulher, Dilma, durante seu governo comentou-se diariamente sobre sua dieta, desenvolveu-se na internet *memes*, porém, lateralmente, a fisionomia de Lula nunca esteve no debate público, assim sendo, cabe a figura feminina manter-se em boa forma (KARNAL, 2017). “A mulher que se liberta economicamente do homem nem por isso alcança uma situação moral, social e psicológica idêntica à do homem” (ÁLVARES, 2014). Portanto, a forma pela qual toma sua carreira depende do contexto constituído em sua vida (ÁLVARES, 2014).

Outro aspecto de comunhão política e familiar se dá pelo fato de se ter presente uma espécie de herança familiar fundante na composição do poder governamental em suas várias instâncias (NOBRE, 2017 p. 431):

Situação exemplar, dentre tantas, é o longínquo domínio da família Sarney no Maranhão que perdurou por 50 (cinquenta) anos. Há situações em que uma mesma família tem passagem na política desde o Brasil Colonial ou no Império e mantém representações ainda hoje na Câmara de Deputados e/ou Senado (MEDEIROS, 2016 apud NOBRE, 2017 p. 431)

“O pertencimento a famílias com tradição na política viabiliza o ingresso nas estruturas de poder político por acessar o capital político construído como o negócio da família” (NOBRE, 2017 p. 431). Há nesta mescla um questionamento dessa prática,

a despeito da tradição e do perfil ideológico do grupo familiar e/ou suas lideranças, isto pelo fato de que se desestrutura o princípio da igualdade de condições para outros indivíduos conquistarem mandatos no parlamento e no executivo e expressarem outros interesses ou compromissos mais amplos da sociedade (NOBRE, 2017 p. 431).

Essa resistência não é uma questão meramente sexista. Existe também uma dinâmica muito forte de proteção de poder. A entrada de mulheres representa uma maior competição para os homens que já estão na política. Existem vários estudos no contexto da Itália e da Suécia que mostram que, quando uma lei de cotas é adotada e mais mulheres entram para a política, os homens que têm menos qualificações, os mais fracos na política, acabam perdendo espaço para essas mulheres. Ou seja, os homens medíocres, como diz o título de um desses artigos, saem da política por conta dessa maior competição imposta pela lei de cotas (GATTO, 2018 apud ABRANTES, 2018).

Toda reflexão moral, por mais teórica, por mais geral que seja, toda questão moral, por mais contemporânea que seja, não pode evitar, me parece, uma questão histórica que lhe está associada, que é sua sombra projetada e que seria: o que aconteceu no primeiro século de nossa era, no ponto de viragem do que chamamos de uma ética pagã e uma moral cristã? Na história de nossa moral, esse problema histórico está associado a toda questão geral ou a toda questão política referente à nossa moral (FOUCAULT, 1981 apud AZEVEDO, 2019 p. 2).

Percebe-se o quanto a instituição família é ativa na maneira pela qual a produção capitalista atua e diretamente se modifica segundo suas necessidades e interesses, para isso é por ter o papel de garantir a propriedade privada que a família no contexto torna-se eixo central das políticas sociais, principalmente brasileiras, que desde seu surgimento apresentou formas residuais, sem concretizar na prática o que prescreve em suas leis (CAVALCANTI et al. 2013, p.33). É necessário ater-se ao fato de que a base material do patriarcado não foi apagada, “não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos” (SAFFIOTI, 2004, apud AZEVEDO, 2019 p. 16).

A ideia da família, como monopólio do poder, vem sendo desenvolvida desde os grandes impérios da antiguidade, em especial, o Império Romano. No decorrer de vários séculos essa característica foi presente em diversas formas de governo, sejam dinastias, impérios ou reinados e mesmo com os avanços nas sociedades e a definição das democracias em muitas delas, ainda hoje se encontram exemplos dessa centralização da família nos cargos governamentais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É visto que o Império Romano instaurou a forma do pensamento ocidental. O processo de secularização não bastou para banir por completo as influências romanas nos dias atuais. O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a compreensão de alguns elementos acerca da transmissão de uma ideia como forma de poder. A comunhão da Igreja com o Estado resultou em uma fórmula de sucesso para renovar um governo desestruturado em decadência. Quase dois milênios depois, essa receita ainda é utilizada pelos representantes das sociedades.

De um modo geral, verificou-se que as partes cabíveis para o conhecimento do processo de transição do Império Romano à fé cristã e ainda se observou como esse matrimônio transformou a forma de pensar ocidental. A sacralização do Estado, multiplicou o domínio persuasivo dos líderes, a moldagem e reprodução da imagem do imperador possibilitou a conquista da simpatia dos desafetos e a centralidade da família nas relações políticas garantiu o monopólio do poder durante muitos séculos.

Como mencionado na abertura dessa monografia, o debate que permeia o campo religioso é, por vezes, deixado de lado pela comunidade acadêmica, porém é de extrema relevância estudar seu percurso histórico. Ele permite o entendimento de vários padrões atuais desde o âmbito estético até a política. É interessante observar que a simbologia que carrega algumas das práticas que passaram pelo processo de secularização ainda sobrevivem, particularmente a vinculação entre política e religião. Ainda é importante ressaltar que se encontra na comunicação, especialmente, na publicidade e propaganda, a importação de diversos ícones e signos que, muitas vezes, são trazidos pelas mitologias religiosas. Esse segmento também acaba por ser responsável pela criação – ou reforço – de estereótipos que acabam por pautar a forma pela qual os indivíduos devem se comportar dentro de uma sociedade.

Essa análise indicou um rumo, o presente trabalho possui caráter investigativo, então não se esgota a expansão da abordagem sobre o assunto. O período entre o Império Romano e a Contemporaneidade é extenso e deve ser estudado com profundidade. Portanto é evidente que existem diversas outras intersecções a serem observadas e que permanecem vivas mesmo com o processo de secularização.

REFERÊNCIAS

A arte da persuasão. Direção de Martin Wilson. BBC, 2005 1 DVD (45 min.)

ABRANTES, Talita. *Machismo não é a única barreira para mulheres na política*. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/machismo-nao-e-a-unica-barreira-para-mulheres-na-politica/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

AGUIAR, Lilian Maria Martins. *Casamento e formação familiar na Roma Antiga; Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/casamento-formacao-familiar-na-roma-antiga.htm>. Acesso em 18 de novembro de 2019.

ALMEIDA, Marcos Renato Holtz. *O Diabo e a Indústria Cultural: as diversas faces da personificação do mal nas telas de cinema*. Revista Nures, [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.pucsp.br/revistanures/revista16/MarcosHoltz.pdf>. Acesso em: 24 maio 2019.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. *Beauvoir, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres*. Belém, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000100002. Acesso em: 17 nov. 2019.

ANTONIUTTI, Cleide Luciane. *De operário a presidente a imagem política de lula no horário eleitoral da televisão nas campanhas presidências 1989 e 2002*. Orientador: Dr. Mário Fuks. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, [S. l.], 2004. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/SOCIOLOGIA/cleide.PDF. Acesso em: 20 nov. 2019.

ARIAS, Juan. *Por que figuras folclóricas, mediocres e violentas como Bolsonaro acabam desafiando a razão e a inteligência?* 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/03/opinion/1538575097_762640.html. Acesso em: 10 nov. 2019.

AZEVEDO, Sarah Fernandes Lino. *Adultério, gênero e patriarcado na Roma Antiga*. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.nieparx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC28/MC283.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

BARROS, Antonio Teixeira; BUSANELLO, Elisabete. *Machismo discursivo: modos de interdição da voz das mulheres no parlamento brasileiro*. Florianópolis, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000200219. Acesso em: 16 nov. 2019.

BEZERRA, Juliana. *Civilização Romana*. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/civilizacao-romana/>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BONI, Luis Alberto. *O estatuto jurídico das perseguições dos cristãos no Império*

Romano. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732014000400135
Acesso em: 19 abr. 2019.

CARLAN, Cláudio Umpierre. *O mundo romano no século iv: decadência ou reestruturação*. Campinas: Revista Fênix. 2009. Disponível em:
<https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/oracula/article/view/5876/4749>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CASTOLDI, Ticiano Saulo Scavazza. *A Igreja que conquistou um império: História da ascensão do Cristianismo no Império Romano*. Orientador: Ms. Silvana Rossetti Faleiro. 2014. Monografia (Graduação) - UNIVATES, Lajeado, 2014. Disponível em:
<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/625/8/2014TicianoSauloScavazzaCastoldi.pdf.txt>. Acesso em: 2 out. 2019.

CAVALCANTI, Karla Maria Gomes et al. *A centralidade da família nas políticas sociais brasileiras*. Maceió: 2013. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/viewFile/698/386>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CIPRIANI, Juliana. *Os velhos 'santinhos' ainda fazem milagre nas campanhas eleitorais*. 2018. Disponível em:
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/07/28/interna_politica,976299/os-velhos-santinhos-ainda-fazem-milagre-nas-campanhas-eleitorais.shtml. Acesso em: 12 nov. 2019.

COULANGES, Fustel. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Clared, 2009

CUNHA, Luiz Antônio. *A Educação Brasileira na Primeira Onda Laica: do Império à República*. Rio de Janeiro: Autor, 2017. Disponível em:
<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2365/1/AEducaçãoBrasileiranaPrimeiraOndaLaica.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

DOMENACH, Jean-Marie. *A Propaganda Política*. [S. l.: s. n.], 2001. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/filosofia/texto_pdf/apropagandapolitica.pdf. Acesso em: 29 out. 2019.

DREHER, Martin N. *A Igreja no Império Romano*. Coleção História da Igreja, volume 1. 5.ed. São Leopoldo: SINODAL, 2004

DUARTE, Leneide; DUARTE, Leila. *O Apocalipse e a Volta do Messias*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=PNxpDis7O8gC&pg=PA78&lpg=PA78&dq=o+culto+público+ao+imperador+foi+regulamentado+por+Augusto,+que+governou+o+Império+Romano+entre+27+a.C.+e+14+d.C&source=bl&ots=eS6iYS1oIF&sig=ACfU3U12rq1uIOBFjySBPG5UFtAXilQCOQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjS25XrqIXmAhUvrlkKHU1dCF8Q6AEwAHoECAoQAQ#v=onepage&q=o%20culto%20público%20ao%20imperador%20foi%20regulamentado%20por%20Augusto%2C%20que%20governou%20o%20Império%20Romano%20entr>

e%2027%20a.C.%20e%2014%20d.C&f=false. Acesso em: 22 out. 2019.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise de discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

FIORIN, José Luiz. *Em busca do sentido: Estudos discursivos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Gilberto. *Povo religioso e estado laico*. 2018. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI271828,21048-Povo+religioso+estado+laico>. Acesso em: 24 out. 2019.

GRINGS, Dadeus. *A divindade do imperador*. In: *Jornal do Comércio*. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/site/noticia.php?codn=70513>. Acesso em: 16 out. 2019.

GUERRA, Danilo Dourado. *O culto ao imperador romano: coesões e contraposições na esfera dos cristianismos originários no século i*. *Revista de Teologia da Faculdade FAIFA*, [s. l.], 2013. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwj1hd7jqYXmAWhWtuFkKHWd0Dc8QFjAAegQIAxAC&url=http%3A%2F%2Fwww.faixa.edu.br%2Frevista%2Findex.php%2Fvoxfaiae%2Farticle%2Fdownload%2F91%2F102&usg=AOvVaw0PA6wgBPEWPtWg0nw6AieR>. Acesso em: 10 out. 2019.

GUIDA, José. *A cristianização do Império Romano e o Direito*. São Paulo: [s. n.], 2011.

GUIMARÃES, Júnior, Il., 2011, Universidade Estadual de Santa Cruz. *A condição da mulher no império romano: noções jurídicas e sociais [...]*. Ilhéus: [s. n.], 2011. Disponível em: <http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/05/3-A-CONDIÇÃO-DA-MULHER-NO-IMPÉRIO-ROMANO-falta-a-parte-de-Camila.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

HADAS, Moses. *Roma Imperial*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A. 1969

HURLBUT, Jesse Lyman. *História da Igreja Cristã*. 14. ed. São Paulo: Vida, 2002.

I, Caesar - The Rise & Fall of the Roman Empire. Direção de Peter Nicholson. BBC, 2008 2 DVD (294 min.)

IKEDA, Daisaku; WILSON, Bryan. *Valores humanos num mundo em mutação: Um diálogo sobre o papel social da religião*. Rio de Janeiro RJ: Vozes, 1984.

KARNAL, Leandro. *A família do comercial e a minha*. São Paulo, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,a-familia-do-comercial-e-a-minha,70002650675>. Acesso em: 16 nov. 2019.

KARNAL, Leandro. *A mulher na história. Campinas, 07 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=--V2VKvISz0&t=1243s>. Acesso em: 16 nov. 2019*

KUCHENBECKER, Valter (Org.). *O homem e o sagrado: A religiosidade através dos tempos*. 8. ed. Canoas: Editora Ulbra, 2004.

LAGO, Davi. *Sobre a deificação dos líderes políticos*, 2019. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/sobre-a-deificacao-dos-lideres-politicos/>. Acesso em: 29 out. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. *Metodologia científica*. 4. Rio de Janeiro, Atlas: 1992.

MACEDO, Lucas. *A divinização da política: Lula, Bolsonaro e o culto dos homens perfeitos*. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@lucasmgomes/a-divinização-da-política-lula-bolsonaro-e-o-culto-dos-homens-perfeitos-2bc9a74bf804>. Acesso em: 8 nov. 2019.

MATOS, Mateus. *A família Romana*. 2000. Disponível em <https://www.odireito.com/2000/10/8939/a-familia-romana/> Acesso em: 09 set. 2019.

MELLO, Leonel Itaussu; COSTA, Luis Cesar. *História Antiga e Medieval*. Editora Abril 1993.

MESSADIÉ, Gerald. *História geral do diabo: da antiguidade à época contemporânea*. Sintra: Publicações Europa-América, 2001.

MONGELÓS, Rodrigo *et al.* *A condição da mulher no império romano: noções jurídicas e sociais*. Anais do II Encontro Nacional de Produção Científica, Ilhéus, 2011. Disponível em: <http://www.redireito.org/wp-content/uploads/2013/05/3-A-CONDIÇÃO-DA-MULHER-NO-IMPÉRIO-ROMANO-falta-a-parte-de-Camila.pdf>. Acesso em: 9 out. 2019.

MUNDY, Deirdre. *Política hoje: procurando o Messias no lugar errado*. 2016. Disponível em: <https://pt.aleteia.org/2016/03/22/politica-hoje-procurando-o-messias-no-lugar-errado/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MURIEL, Carlos Espejo. *Histoire de Rome: des origines à l'Empire*. França: Junta de Andalucía, 2011. Disponível em: <http://www.juntadeandalucia.es/educacion/descargasrecursos/aicle/html/pdf/064.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo*. Revista Katálysis, Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n3/1414-4980-rk-20-03-00430.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

NOGUEIRA, Renzo Magno. *A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre*

a identidade feminina e a violência de gênero. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5377, 22 mar. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718>. Acesso em: 8 nov. 2019.

O PODER de Jesus. Direção: Ben Mole. Produção: Kate Haddock. Intérprete: Michael Scott. Roteiro: Michael Scott. Fotografia de Pete Allibone. UK: NatGEO, 2011. DVD (45 min)

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa. Religião e participação política:: considerações sobre um pequeno município brasileiro. 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/568>. Acesso em: 4 nov. 2019.

OLIVEIRA, Julio Cesar Magalhães. Poder, religião e violência popular no Império Romano Tardio:: os motins de Calama de junho de 408 d.C.. In: HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba: [s. n.], 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277184757_Poder_religiao_e_violencia_popular_no_Imperio_Romano_Tardio_os_motins_de_Calama_de_junho_de_408_dC. Acesso em: 19 nov. 2019.

OUT of Egypt. Direção: Chaz Gray. Produção: Dave Freed. Intérprete: Kara Cooney. Roteiro: Kara Cooney; Neil Crawford. Estados Unidos da América: Discovery Channel, 2009. DVD.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. *Transformações no Paganismo Romano*. Rio de Janeiro: Phoênix, 1997.

PY, Fábio. *Cristologia cristofascista de Bolsonaro*. 2019. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Sociedade-e-Cultura/Cristologia-cristofascista-de-Bolsonaro/52/44285>. Acesso em: 28 out. 2019.

PY, Fábio; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. *Católicos e evangélicos na política brasileira*. 2015. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=2ahUKEwjVyrSCqIbmAhVTKrkGHYkbDNEQFjACegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fwww.metodista.br%2Frevistas%2Frevistas-metodista%2Findex.php%2FER%2Farticle%2Fdownload%2F6029%2F5082&usg=AOvVaw1wBMOmPW1S7XaZH13-dc9Y>. Acesso em: 28 out. 2019.

ROCHA, Loryel. *Frei Betto afirma que Lula é o Messias*. 2019. Disponível em: <https://www.imub.org/frei-betto-afirma-que-lula-e-o-messias-loryel-rocha/>. Acesso em: 9 nov. 2019.

ROTTERDAN, Sandson. Sobre Religião e Política. In: Revista Senso. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://revistasenso.com.br/2018/10/03/sobre-religiao-e-politica/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. 2a edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

SALOMÃO, Gilberto. Império Romano - Cristianismo - Da pregação de Jesus a Constantino. [S. l.], 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/imperio-romano---cristianismo-da-pregacao-de-jesus-a-constantino.htm>. Acesso em: 25 maio 2019.

SAMPAIO, Ângela; VENTURINI, Renata. *Uma breve reflexão sobre a família na roma antiga*. VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais. 2007

SANTO, Arnaldo do Espírito. *Da profanação da cidade pagã à sacralidade da sociedade cristã*. In: MACEDO, Ana Gabriela; SOUSA, Carlos Mendes; MOURA, Vitor (org.). *Conflito e Trauma*. [S. l.]: Húmus, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33434/1/Braga%20Conflito%20e%20Trauma.pdf>. Acesso em: 26 set. 2019.

SHERRARD, Philip. *Bizâncio*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora S.A. 1970

SILVA, G. V; MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano*. Perspectiva socioeconômica, política e cultural. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória do Espírito Santo: Edufes, 2006.

SILVA, Diogo Pereira da. *As perseguições aos cristãos no império romano (séc. I-iv)*. Rio de Janeiro: Revista Jesus Histórico, 2011. Disponível em: <http://www.revistajesushistorico.ifcs.ufrj.br/arquivos7/ARTIGO-DIOGO-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SILVA, Gilvan; LIMA, Belchior. *Identidade e fronteiras religiosas no Alto Império Romano*. NPIH: Vitória, 2011

SILVA, Josimar Gonçalves. *A mídia na construção e destruição da imagem: o caso Collor de Melo*. Revista Senso Comum, Goiás, 2012.

SOARES, Hariadne da Penha. *A Romanização e a absorção dos cultos orientais no Principado: expandindo as fronteiras do paganismo*. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NETO, Belchior Monteiro Lima. *Identidades e fronteiras religiosas no alto Império Romano*. Espírito Santo: NPIH Publicações, 2011.

SOUZA, Carlos Affonso. *O que Mark Zuckerberg aprendeu com o Império Romano? 2019*. Disponível em: <https://tecfront.blogosfera.uol.com.br/2019/06/12/o-que-mark-zuckerberg-aprendeu-com-o-imperio-romano/>. Acesso em: 10 nov. 2019.

VIEIRA, Kauê. *6 frases da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos que poderiam estar em 'Handmaid's Tale'*. In: Hypeness. 2019. Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2018/12/6-frases-da-nossa-ministra-que-poderiam-estar-em-handmaids-tale/?utm_source=facebook&utm_medium=hypeness_fb&fbclid=IwAR0SjVoYZys6nfvaGyXDbYPvUkL7E0luL_sND5-hxS89BFXa2_HDUQYiejM. Acesso em: 12 nov. 2019.

